

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**O SIGNIFICADO¹ DE UMA FORMAÇÃO PÚBLICA EM SERVIÇO
SOCIAL NA BAIXADA FLUMINENSE: A CONSTRUÇÃO DO CURSO
NA UFRRJ**

RAYANNE DIAS RIBEIRO

2022

¹ No sentido de sua relevância e importância representativa.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**O SIGNIFICADO DE UMA FORMAÇÃO PÚBLICA EM SERVIÇO SOCIAL NA
BAIXADA FLUMINENSE: A CONSTRUÇÃO DO CURSO NA UFRRJ**

RAYANNE DIAS RIBEIRO

Sob a Orientação da Professora

Dra. Fabrícia Vellasquez Paiva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.

Setembro de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rs RIBEIRO, Rayanne Dias, 1995-
O SIGNIFICADO DE UMA FORMAÇÃO PÚBLICA EM SERVIÇO
SOCIAL NA BAIXADA FLUMINENSE: A CONSTRUÇÃO DO CURSO
NA UFRRJ / Rayanne Dias RIBEIRO. - Seropédica/RJ,
2022.
80 f.

Orientadora: Fabrícia Vellasquez PAIVA. Trabalho
de conclusão de curso(Graduação). -- Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2022.

1. Serviço Social. 2. Formação Profissional. 3.
Baixada Fluminense. I. PAIVA, Fabrícia Vellasquez,
1981-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Serviço Social III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORD. CURSO GRAD. EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 4482 / 2022 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.058880/2022-50

Seropédica-RJ, 21 de setembro de 2022.

Rayanne Dias Ribeiro

O SIGNIFICADO DE UMA FORMAÇÃO PÚBLICA EM SERVIÇO SOCIAL NA BAIXADA FLUMINENSE: A CONSTRUÇÃO DO CURSO NA UFRRJ

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 13 de setembro de 2022.

Banca examinadora:

Profa. Doutora Fabrícia Vellasquez Paiva

Orientadora - presidenta (DTPE/UFRRJ)

Profa. Doutora Liz Denize Carvalho Paiva

Membro interno - DTPE/UFRRJ

Profa. Doutora Simone da Cunha Tourino Barros

Membro interno - DEDH/UFRRJ

(Assinado digitalmente em 21/09/2022 15:29)

FABRICIA VELLASQUEZ PAIVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 1794153

(Assinado digitalmente em 21/09/2022 19:40)

LIZ DENIZE CARVALHO PAIVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 1032974

(Assinado digitalmente em 22/09/2022 01:24)

SIMONE DA CUNHA TOURINO BARROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matricula: 2316595

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **4482**, ano:
2022, tipo: **ATA**, data de emissão: **21/09/2022** e o código de verificação: **9c35f4fb44**

“Esse curso”

“Esse curso” lutou muito para que um curso como esse
pudesse existir na única

universidade pública da Baixada Fluminense.

E “esse curso” luta para resistir dentro dela.

“Esse curso” tem identidade.

“Esse curso” tem cores, sotaques e lutas.

“Esse curso” tem sonhos, causas, interesses,
alegrias, tristezas, angústias, vitórias, frustrações e garra.

“Esse curso” conhece a história de cada pessoa que passa por ele.

“Esse curso” é diferente [também] por isso.

Porque “esse curso” enxerga cada aluno
como um ser humano e não como
um número dentro do sistema de uma universidade.

“Esse curso” é realmente diferente.

“Esse curso” se importa com a formação dos seus alunos.

“Esse curso” se importa com o que eles venham a ser, a partir dele.

“Esse curso” é engajado.

“Esse curso” não merece ser diminuído.

“Esse curso” tem força.

“Esse curso” tem garra.

Esse curso” tem união.

“Esse curso” vai resistir.

“Esse curso vai prosseguir.

“Esse curso” vai florescer.

Rayanne Dias Ribeiro

Seropédica, 8 de novembro de 2017.

DEDICATÓRIA

A todas e todos alunas e alunos do Serviço Social da UFRRJ,
aos que foram, aos que estão e aos que ainda virão,
o registro, para a memória do curso,
da importância de sua criação
na e para a Baixada Fluminense.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me fortalecer e caminhar comigo durante toda a vida; e a Nossa Senhora Aparecida, por ter sempre intercedido por mim diante de Deus. A todos os amigos espirituais, porque sei que estão diariamente ao meu lado, com fé, podemos tudo!

A minha mãe Aparecida, por sempre apoiar as minhas escolhas, mesmo muitas vezes sem entendê-las e por durante toda a vida não ter medido esforços para que eu sempre tivesse o melhor, dentro das nossas possibilidades. Por ter me ajudado e apoiado durante esse período. Fez toda a diferença. Te amo!

Ao meu pai Israel, em memória, porque sei que em algum lugar, além de tudo o que podemos viver, vive e está feliz por eu estar vivendo esse momento. Quantas vezes, indo para as aulas, lembrei de nós dois, nestes 9 anos em que vivemos juntos, indo à praia e admirando a Rural pelo caminho... Sei que você, pai, sonhava que eu pudesse viver esse momento. Queria que você estivesse aqui!

Ao Daniel, por todo apoio e incentivo ao longo dos anos, antes e durante esse período. Por ter sido ombro amigo nos dias de angústia e por vibrar, junto comigo, diante das conquistas. Obrigada por todo amor dedicado. Te amo muito, meu lindo!

Aos meus avós, Graça e Aníbal, que na simplicidade de quem nunca estudou, sempre me incentivaram a estudar para ser o que eu quisesse ser. Amo vocês!

A minha tia Lúcia, que mesmo a quilômetros de distância, toda vida me apoiou e acreditou em mim, em tudo o que eu posso ser. Você sempre foi meu exemplo de vida, pois construiu a sua através da educação, de muito esforço e fé, e me inspira diariamente a buscar os meus sonhos no estudo e no trabalho. Te amo!

Ao meu tio Hélio, por diversas vezes ter me ajudado a levar minhas “poucas” malas para o alojamento, e trazê-las de volta pra casa, por apoiar e admirar esse momento.

A Maria Rita, minha “tia Rita”, prima e primeira professora, pela generosidade em me alfabetizar. A “tia Denise”, professora da quarta série, que no momento mais difícil da minha vida, me acolheu com muito amor e estendeu a mão. E a todos os

professores que fizeram e fazem parte da minha trajetória, professores Assistentes Sociais da UFRRJ, com os quais pude e posso partilhar as lutas dessa profissão, por desvendá-las a mim, pois foi através desse processo que me apaixonei por ela.

A Daiane Estevam, secretária do curso de Serviço Social da UFRRJ, por todo carinho e dedicação que oferta diariamente a todos. Você fez e faz a diferença na vida de quem faz parte deste curso, e ele deve muito a você. Você estará sempre em minhas memórias mais bonitas deste processo, com muita gratidão e afeto. Todos os dias pude sentir o seu olhar de carinho e isso tornou os dias muito melhores. Obrigada por tanto!

A Fabrícia Vellasquez, professora e orientadora. Não tinha como ser diferente: foi amor à primeira vista! Você foi a primeira professora, estava comigo no início e agora também neste momento de encerramento. Este trabalho é a realização de um desejo nutrido desde o primeiro semestre, por causa das suas aulas, que eu adorava. Obrigada por ter sempre me dado a liberdade de contar essa história sob o meu olhar. Te amo e a levarei sempre em meu coração. Obrigada por tudo!

A Simone Tourino Barros, professora tão querida, que um dia me disse "você eu tenho em outros momentos", referindo-se aos anos que pudemos compartilhar a UFRRJ. E, sim, assim foi mesmo, e terá para sempre. Você foi muito mais que uma professora, foi uma grande amiga, com quem pude caminhar ao longo da graduação... Jamais esquecerei todo o seu apoio e incentivo, muitas vezes quando nem eu acreditava mais em mim. Obrigada por aceitar estar comigo neste momento. Você é uma tremenda companheira. Te amarei pra sempre!

A professora Liz Paiva, que com muito carinho aceitou fazer parte da banca e trouxe muitas contribuições para esse trabalho. Muito obrigada!

A todas as pessoas que fizeram os dias da graduação mais felizes com as quais pude compartilhar tantos momentos, em especial Brenda e Shyanne. Uma que a Rural me "deu" e outra presenteada pela vida, mas que com ambas pude compartilhar as dores e as delícias de ser "ruralina", em diferentes momentos.

A ENESSO, por ter podido experienciar e viver o momento estudantil, por todos os encontros e trocas ao longo dos anos. Tudo o que foi vivido contribuiu em muito para a minha formação e me inspiram, todos, os dias a lutar por uma nova sociedade.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso traz uma reflexão sobre a emergência do Serviço Social no Brasil e a formação profissional das pioneiras dessa profissão, além de uma análise das transformações ocorridas dentro da profissão ao longo de sua trajetória a partir dos autores clássicos do Serviço Social, para registrar a construção do curso de Serviço Social da UFRRJ, no ano de 2015, na Baixada Fluminense, e seu significado e importância, movimento atrelado a defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Traz a construção do curso a partir de seu projeto político pedagógico, discute sua proposta curricular e os entraves e impactos encontrados a partir de seu currículo diferenciado, pensando na possibilidade de uma futura revisão curricular e a importância do protagonismo discente em todos esses processos.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Baixada Fluminense.

ABSTRACT

This final paper brings a reflection on the emergence of the Social Work in Brazil and the professional qualification of its pioneers, as well as an analysis of the transformations that occurred within the profession throughout its trajectory from the classic authors of Social Work, to build the Social Work course at UFRRJ, in 2015, in Baixada Fluminense, and its meaning linked to the defense of the Ethical-Political Project of Social Work. It brings the course construction from its pedagogical political project, discusses its curricular proposal and the obstacles and impacts found from its differentiated curriculum thinking about the possibility of a future curricular review and the importance of student protagonism in all these processes.

Keywords: Social Work; Baixada Fluminense; Professional Qualification.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CASS – Centro Acadêmico de Serviço Social

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

PEP – Projeto Ético Político

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1. A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CAMINHOS TRILHADOS	
16	
1.1. Entre o velho e o novo: revisitando o passado, desvendando o presente	16
1.2. A formação em Serviço Social nas primeiras escolas: Rio e São Paulo	19
2. O SERVIÇO SOCIAL (E SUA FORMAÇÃO) SE TRANSFORMAM AO LONGO	
DOS ANOS.....	28
2.1. Da emergência à virada: muitos caminhos traçados	28
2.2. A “virada” da profissão: novos rumos para o Serviço Social	37
2.3. Diretrizes Curriculares e impactos para a formação em Serviço Social	45
3. NASCE UM NOVO CURSO NA UFRRJ: O SERVIÇO SOCIAL	51
3.1. A construção do curso de Serviço Social da UFRRJ	51
3.2. Proposta curricular da UFRRJ	57
3.3. Currículo diferenciado: entraves e impactos. Em construção... ..	63
3.4. O significado do curso sob um olhar discente	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	79

1. INTRODUÇÃO

Início essas reflexões no formato de pesquisa, como estudante que tem podido vivenciar a sua trajetória acadêmica junto ao processo ainda de formação e de consolidação do curso, por ter sido parte integrante do curso de Serviço Social na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e por ter nutrido grande paixão pela temática dos fundamentos do Serviço Social durante toda a graduação.

Existe uma história que precisa ser contada e uma história tem muitas maneiras de ser: pelos seus personagens, vivências, memórias, percepções ou significado. Para falar sobre o curso de Serviço Social da UFRRJ, a forma escolhida foi destacar seu currículo e a importância de sua construção: de seus profissionais, estudos e produções para a sociedade – principalmente para aquela que vive na região da Baixada Fluminense. Trata-se da construção de um curso universitário, o curso de Serviço Social, na Universidade Rural, no ano de 2015. Narrá-la pode também significar gravar, para sempre, a defesa do Projeto Ético Político do Serviço Social nesta universidade, porque a sua existência significa a oferta de uma formação qualificada para (futuros) Assistentes Sociais, em um território submerso às expressões da *questão social*², que é a Baixada Fluminense. Sua localização na única universidade pública da Baixada Fluminense, viabiliza o acesso e a permanência de alunos oriundos de municípios mais afastados dos grandes centros – local onde estão inseridos os demais cursos públicos de Serviço Social da região metropolitana do Rio de Janeiro³ – e de classes mais populares dentro da universidade. Quanto mais plural for a convivência, supõe-se que maiores serão os diálogos entre os conteúdos e o compartilhamento de vivências, construindo, dessa maneira, um “laboratório de diálogos entre conhecimentos” (Arroyo, 2011), enriquecendo a formação profissional de modo a ofertar a população

² A *questão social* não é se não as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (Iamamoto, in Iamamoto e Carvalho, 2014, pp. 83-84).

³ Os cursos da UFRJ e da UNIRIO estão localizados no bairro da Urca, zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, o curso da UERJ no bairro do Maracanã, zona norte do Estado – agora ampliado a partir da incorporação da UEZO, e o da UFF na cidade de Niterói (e outros dois em Campos dos Goytacazes e em Rio das Ostras, interior e região dos lagos do estado do Rio).

um profissional diferenciado e não adequado aos conteúdos propostos, mas antenado à realidade e hábil para atuar nas mais diversas regiões.

Na única universidade pública da Baixada Fluminense (UFRRJ) não existia, até 2015, um curso de suma importância para a sociedade, nas discussões de interesse público: o Serviço Social. Nos municípios que compõem a região, todos os cursos ofertados até então eram provenientes de universidades privadas – e em sua maioria oferecidos somente à distância, limitando os candidatos a Assistentes Sociais moradores da Baixada Fluminense a recorrerem a essas instituições para obter acesso ao ensino superior. Fato que evidencia a ausência de políticas públicas voltadas para a educação, trazendo a necessidade da construção de um novo curso nesta região submersa às instituições particulares. Sendo assim, pretende-se com este escrito contar a história e construção do único curso público de Serviço Social da Baixada Fluminense, conduzindo a discussão sempre em defesa de uma formação crítica, de qualidade e de acesso universal. Pois tais princípios são base fundamental para a formação e atuação de assistentes sociais comprometidos com uma nova sociabilidade e engajados na luta pela garantia de direitos.

Para isso, o trabalho se dirige a fim de formalizar registros, em forma de reflexão, sobre a construção deste curso: os limites colocados, as dificuldades encontradas e as superações – contexto sócio-histórico e econômico. Entendendo que se faz necessário discutir a matriz curricular do curso de Serviço Social da Universidade Rural, suas especificidades e seu destaque para a pesquisa e extensão na formação, com um corpo docente diferenciado e disciplinas que se destacam nos compromissos firmados pelo Projeto Ético-Político da profissão. Registrar para que fique na memória de todos aqueles que foram e para conhecimento de todos os que ainda virão.

No primeiro capítulo, buscou-se resgatar à memória a emergência da profissão no Brasil e a formação de suas pioneiras e trazer algumas observações acerca dessas personagens, muitas vezes tão características na formação em Serviço Social. São mulheres que fizeram e ainda fazem esta profissão, pois abriram os caminhos, com os limites e as possibilidades de sua época, para a construção de nossa profissão.

No capítulo que se segue, tem-se uma análise da trajetória do Serviço Social brasileiro, com um olhar sobre a formação profissional e os marcos históricos que

contemplam este processo, destacando as Diretrizes Curriculares a fim de iniciar as reflexões sobre a construção do curso de Serviço Social da UFRRJ.

Finalmente, escrevo sobre a construção do curso a partir de seu projeto pedagógico e, a partir da experiência que pôde ser vivida como discente deste processo, as escritas se deram sobre o seu currículo e a vivência como parte integrante de um curso ainda em formação. Inicialmente, como outra proposta metodológica, seria utilizado um questionário enviado (por duas vezes), à equipe que esteve a frente do processo de construção do curso, no entanto, devido a não resposta da maioria, não foi possível continuar neste sentido. O intuito, com o questionário, seria a percepção sobre o significado do curso na Baixada Fluminense, a não participação discente na construção do curso, a importância das disciplinas obrigatórias que serão destacadas ao longo do trabalho, reflexões sobre uma futura revisão curricular e o entendimento sobre o currículo atual ser suficiente – ou não – para a construção de uma formação crítica baseada na teoria social de Marx. Todos os itens mencionados fazem parte do terceiro capítulo deste trabalho, e as respostas teriam sido de muito valor em sua construção.

Busca-se, ao longo do texto, construir reflexões acerca da emergência do Serviço Social no Brasil e sua trajetória ao longo dos anos, analisar o Projeto Pedagógico do Curso e estudar sua proposta curricular. Assim, a partir dessa pesquisa evidenciar o significado de uma formação pública e de qualidade em Serviço Social para a atuação profissional na Baixada Fluminense: a importância que este possui para a região em que está localizado. Sendo assim, as escritas se darão com o intuito de compreender a emergência deste curso na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e estudar a formação profissional proposta por ele, a partir de um olhar discente.

1. A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CAMINHOS TRILHADOS

Os profissionais do Serviço Social são trabalhadores fundamentais para a sociedade contemporânea devido às novas expressões da questão social, que se modificam e intensificam diariamente em um contexto de crise e barbárie. O território em que a Baixada Fluminense está inserida possui especificidades que precisam ser consideradas no cotidiano profissional destes Assistentes Sociais, requisitando, assim, também uma formação qualificada. Dessa forma, se faz necessário pensar uma formação profissional que contemple questões específicas para os profissionais dessa região. Pensando nisso, passa-se a indagar: por que se constrói um novo curso universitário? Por que construir um curso de Serviço Social na Baixada Fluminense? Como ele emerge? Qual o significado desse curso para a região e para a profissão?

Para desenvolver a história que se deseja contar, faz-se necessário revisitar a gênese do Serviço Social e reconhecer suas particularidades em território brasileiro, para evidenciar sua importante presença como curso de graduação dentro da Universidade Rural. Sendo assim, este capítulo desenvolverá sobre a gênese da profissão no Brasil e a construção e formação profissional das primeiras escolas e tratará sobre o perfil das pioneiras do Serviço Social brasileiro.

1.1. Entre o velho e o novo: revisitando o passado, desvendando o presente

Na história do Serviço Social, o ano de 1848 marca a utilização da expressão “questão social”, pois, anos depois, quando esta profissão vier a emergir, será para intervir sobre ela – ou, em linhas mais claras: em suas expressões; a “questão social” é intrínseca à emergência dessa profissão e a sua atuação profissional. Já na UFRRJ, 2015 é o ano que marca o surgimento do curso, que entendo como uma forma de resposta à uma expressão da *questão social*: o não acesso (universal) à educação superior pública e de qualidade.

O ano de 1848 simboliza a primeira grande revolução da classe trabalhadora, onde, a partir disso, nota-se a revolucionária burguesia tornando-se conservadora: ela quer conservar a sociedade da maneira em que está constituída. A intenção de conservar dá-se no sentido de não questionar a sociabilidade burguesa e muito menos cogitar a sua reforma ou transformação, de forma de qualquer ação direcionada à “questão social” se limitar a intervenções políticas que não tocará nos fundamentos

da sociedade burguesa. Para a classe trabalhadora – observada agora com consciência política –, significou um ideário revolucionário e a construção de um projeto societário que objetiva a supressão da sociedade burguesa. Para Netto (2011), somente a supressão da sociedade burguesa será capaz de suprimir a “questão social”, pois “[...] o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social.” Sendo assim, não se suprime a “questão social” conservando o desenvolvimento capitalista – ou a sociedade capitalista –, pois ela é constitutiva deste. A desigualdade social, no capitalismo, decorre de uma escassez socialmente produzida, intrínseca à contradição existente entre as forças produtivas e as relações de produção. A condição da produção de riqueza é a condição da produção da pobreza. Concorda-se com José Paulo Netto em não acreditar em uma “nova questão social”, mas sim em novas expressões dela, que se renovam diariamente. Não é nova, porque a sua base continua sendo a mesma: a exploração do trabalho pelo capital. O que o autor considera ao afirmar que existem novas expressões da “questão social”, é que essas expressões serão determinadas pelas particularidades sócio-históricas de cada país/lugar ou território, mas a base ainda é a mesma (NETTO, 2011, pp. 155-161).

Sobre a emergência da profissão no Brasil, compreende-se que a tese endogenista⁴ não é completa para a compreensão da profissionalização da profissão, pois, com ela, tem-se uma ilusão de desenvolvimento natural ou espontâneo das protoformas⁵ do Serviço Social. Para Netto (2011, p. 71), a relação de continuidade coexiste com uma relação de ruptura, sendo esta “decisiva na construção do Serviço Social como profissão”. Quanto a isso, a compreensão se dá através da perspectiva histórico-crítica⁶, entendendo então que as transformações sociais, históricas e econômicas ocorridas na passagem do capitalismo concorrencial para a sua fase monopolista fizeram com que houvesse a necessidade e a emergência de um espaço sócio-ocupacional, o que possibilitou a constituição do Serviço Social enquanto profissão inserida no mercado de trabalho brasileiro, na divisão sociotécnica do trabalho. Isso posto,

⁴ Segundo Montaño (2007, pp. 19-20), a perspectiva endogenista acredita que a profissão é uma evolução de práticas de ajuda, caridade e filantropia.

⁵ Instituições de caridade, filantropia e ajuda, principalmente aquelas ligadas à Igreja, são vistas como protoformas do Serviço Social.

⁶ A perspectiva histórico-crítica, para Montaño (2007, pp. 30-31) percebe o Serviço Social, como o citado José Paulo Netto, a partir da fase monopolista do capital, considerando seu contexto social, político e econômico. É a tese que sustenta a formação e a direção da profissão no Brasil hoje, considerada como hegemônica.

o capitalismo, em sua fase monopolista, cria e funda a profissionalidade do Serviço Social no Brasil. Nas palavras do autor, “a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica.” (NETTO, 2011, pp. 71-73).

A emergência do Serviço Social no Brasil se consolida, então, na década de 1930, na passagem do capitalismo concorrencial para a sua fase monopolista. Para José Paulo Netto (2011, pp. 18-19), a gênese do Serviço Social brasileiro *não se esgota na “questão social”, mas em suas peculiaridades* no modo de produção capitalista em idade monopolista. Para este autor, a contradição entre capital e trabalho se manifesta de forma mais notória na era dos monopólios. É somente no desenvolvimento do capitalismo monopolista que se estabelece o espaço histórico-social capaz de possibilitar – ou, em outras palavras, abrir o caminho, para a emergência do Serviço Social, como profissão, no Brasil. Portanto, foram *as condições histórico-sociais determinadas na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista que demandaram um agente técnico, com as especificidades características do Assistente Social, fazendo despontar um mercado de trabalho oportuno para abranger/receber esses profissionais e, sendo assim, exigindo formação profissional para estes.*

O começo da profissionalização do Serviço Social se deu à medida que os agentes profissionais foram sendo inseridos nas ações interventivas propostas pelas instituições empregadoras. Ou seja, em um primeiro momento, este agente profissional é um mero executor das políticas sociais/funções provenientes das instituições a qual estavam inseridos: sua ação profissional é determinada pela lógica dessas instituições. O profissional é um agente de sua instituição e age em favor dela, ele executa as tarefas que lhe são demandadas por outrem.

Dito isto, afirma-se, então, que o Serviço Social não é uma evolução da ajuda e da caridade, não é a profissionalização das formas anteriores de ajuda; *a caridade não se transformou em uma profissão.* Trata-se de um processo atrelado ao desenvolvimento capitalista, no auge do seu processo de monopólios, onde uma profissão com as características do Serviço Social passa a ser *relevante* para o seu progresso e por isso teve sua emergência na década de 1930.

A partir de agora, então, entendemos como necessária a análise da formação que essa nova profissão vivenciou em sua gênese.

1.2. A formação em Serviço Social nas primeiras escolas: Rio e São Paulo

É preciso revisitar o passado e conhecer as primeiras Assistentes Sociais brasileiras e entender quem de fato são elas, de onde vieram e porque se tornaram as primeiras damas do Serviço Social, as “pioneiras” desta profissão e é necessário entender a formação que a elas foi dada. Tem de se pesquisar os grupos pioneiros e revisitar a construção e implementação das primeiras escolas.

Iamamoto & Carvalho (2014), contam essa história e vão dizer que somente a partir do ano de 1932 é que as moças paulistanas vinculadas à Ação Católica passaram a se interessar pelo “estudo metódico da questão social” e também ao meio operário no que se referia ao “problema” chamado trabalho. À época, atuavam através de centros operários oferecendo serviços como “aulas de tricô e trabalhos manuais, conferências, conselhos sobre higiene etc.”, e, adentrando ao universo da classe operária, “procuraram interessar e atrair as operárias e entrar assim em contato com as classes trabalhadoras, estudar-lhes o ambiente e necessidades”. Ou seja, percebe-se alguns anos antes da fundação das primeiras escolas, a aproximação de militantes da ação católica – moças de famílias abastadas da cidade de São Paulo – para com a classe operária, no sentido de orientação, observação e estudo (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p. 181).

Os centros anteriormente citados foram, segundo os autores, “campos de observação e de prática para a trabalhadora social”, para que a partir de sua observação pudesse aplicar seus estudos teóricos. Tais trabalhadoras sociais eram oriundas da elite paulistana e atuavam no bojo da classe operária, e se viam, elas mesmas, com uma vocação “natural” (por serem mulheres) – e este pensamento será nítido na escolha e seleção para o curso de Serviço Social, para o desempenho da caridade e da educação, tendo, elas, um papel fundamental na preservação da ordem moral e social daquele tempo, tendo dado grande e ativa contribuição no plano político e ideológico da década, defendendo os interesses de sua classe (IAMAMOTO, pp. 181-183).

A dinâmica da sociedade daquela época exigiu novas profissões, entre elas o Serviço Social. Para que uma nova profissão pudesse existir, era necessário formação

e a Igreja Católica teve papel decisivo/fundamental na criação das escolas em toda a América Latina, no Brasil com intrínseca relação com o Estado.

A *primeira* escola de Serviço Social no Brasil, fundada em 1936, hoje a Escola de Serviço Social da PUC-SP, nasce dos esforços da militância feminina católica e de uma potencial demanda do Estado que requisitava uma formação técnica especializada, *mas não só*. Percebe-se as diferentes relações sociais no processo de implantação do Serviço Social no Brasil. Não foi um processo restrito a um grupo – a Igreja Católica, embora a formação dos primeiros agentes tenha sido monopolizada por este bloco –, mas através da junção de partes da sociedade em meio às transformações ocorridas naquela época, que foram muitas, pois, como já dito, o Serviço Social brasileiro tem sua gênese em uma década de profundas mudanças em contexto social, político e econômico bastante conturbado. A Igreja Católica aproveitou-se deste momento, monopolizando a formação das primeiras profissionais para formar agentes que atuariam como instrumentos de sua recuperação: as primeiras assistentes sociais eram militantes da Ação Católica; aliada ao Estado, se utilizou de tal posição para o controle da classe operária, em uma verdadeira doutrinação (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 226).

Para Iamamoto & Carvalho (2014, p. 227), o objetivo da ação profissional das primeiras agentes, imposto em sua formação, era a reconquista das massas, o contato com o povo, a recusa ao pensamento socialista e o convencimento da população aos princípios cristãos. Não se pensava, portanto, o “sujeito”, mas sim os valores, princípios e crenças dessa instituição (Igreja Católica), numa maneira de adequação do indivíduo àquela realidade. Aliados Igreja, Estado e burguesia, o objetivo final era a manutenção da ordem estabelecida e os poderes de cada um, de forma que o autoritarismo e o paternalismo marcam esse primeiro momento do Serviço Social brasileiro. Uma observação importante a se fazer é que “o primeiro núcleo de Serviço Social surgirá justamente a partir da ação do segmento feminino de grupos e frações de classe recentemente despojados do poder político, e que se mobilizam para reavê-lo ou renegociar suas posições e influência (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 230).

O que se pretendia reaver era a condição de poder dentro da sociedade marcada pelas transformações vividas na década de 1930. Em relação a isso, é sabido

que as candidatas à primeira turma de Serviço Social no Brasil, além de serem oriundas da militância católica, também o eram, em grande parte, de famílias recém expropriadas do poder político do Estado de São Paulo e a profissão as daria – ou devolveria? – um papel de destaque e posição de influência dentro da sociedade a qual pertencem e almejavam reaver tal posição. As primeiras assistentes sociais, oriundas da classe dominante, tornam-se importantes personagens na defesa dos princípios ideopolíticos da burguesia.

Sempre, e sem exceções, se deve considerar as relações sociais e o contexto de cada época. O que foi dito acima, em relação a construção de uma formação profissional em Serviço Social fundamentada nas bases católicas e de caráter doutrinário desta instituição só foi possível pois as condições sociais e o desenvolvimento capitalista da década contribuíram com a proposta da Igreja Católica, aliada ao Estado e a burguesia.

O livro de Iamamoto e Carvalho (1996) é fundamental para compreender o significado histórico da profissão no processo de produção das relações sociais na sociedade capitalista brasileira e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, mediante o uso de categorias fundamentais da análise marxista. Como afirmam os autores, “a apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade capitalista, pois ela se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho”. (FREITAS, R. et al. 2018, p. 231)

Estudando a escola de São Paulo, sabe-se que a primeira turma tinha características muito específicas, que chamam a atenção e se diferenciam demasiadamente do cenário atual do Serviço Social: era composta por um grupo 100% feminino, oriundas de escolas católicas, sendo “moças e senhoras da sociedade”, pertencentes a setores abastados e militantes do meio católico, além disso eram brancas e com características físicas bastante semelhantes. Os requisitos eram peculiares, como ter entre 18-40 anos, ter cursado até o ginásio, apresentar referência de três pessoas “idôneas” e exame médico para comprovação de “boa saúde”. Interessante observar e pensar que tipo de idoneidade se pensava à época, e impossível não comparar tamanho conservadorismo com falas parecidas ditas atualmente por setores conservadores da sociedade (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, pp. 228-234).

Referente ao “perfil ideal” para tornar-se Assistente Social à época, Iamamoto e Carvalho (2014), acrescentam que

À boa saúde acrescenta-se a ausência de defeitos físicos; as condições do meio familiar e social deverão ser investigadas, pois serão reveladoras delas qualidades morais do pretendente. O relacionamento com personalidades de destaque – necessário à vida profissional – requereria o conhecimento de uma certa prática de relações sociais e convívio em sociedade, sendo as possibilidades de beneficiar a profissão e seus assistidos bem maiores nesses meios do que se deles vivesse afastado o profissional. Da mesma forma, a origem social é valorizada para o trato com os clientes. Estes se deixariam sensivelmente impressionar ao ver aqueles cujas condições sociais são bem diversas das suas, e que, no entanto, eles até se inclinam, procurando compreender lhes os problemas e dificuldades, no desejo sincero de ajuda-los. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, pp. 234-235)

Como valores, as moças e senhoras deveriam possuir, de forma necessária

[...] uma vontade firme, perseverante, que sabe ser condescendente em transigir com o que é essencial, que sabe esperar, mas não desistir, que sabe suportar sem se abater; que é capaz de impor sem impor. Teoriza-se, assim no sentido da seleção e preparação de uma pequena elite virtuosa, escolhida em meio à boa sociedade, e que vê por missão redimir os elementos descaídos do quadro social. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 235)

Inicialmente, a formação foi construída e dividida em quatro aspectos, sendo: científica, técnica, moral e doutrinária. Destas, ganha destaque a formação moral, que deveria ser baseada nos princípios cristãos para uma boa ação educativa; e para a doutrinária, que seria a *base* de toda a formação. Dado que o ensino é totalmente voltado para a prática profissional, sem nenhum referencial teórico e/ou metodologia específica, acrescenta-se que a ação está sempre direcionada à reeducação dos assistidos, tendo as pioneiras de manter um perfil firme em relação a essa readaptação/educação, serem perseverantes e não se deixarem influenciar emocionalmente com as mazelas encontradas por elas em seu cotidiano profissional (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, pp. 236-237).

Ou seja, não se buscava pesquisar, estudar e entender a realidade vivida por aqueles assistidos, mas sim somente “reeducá-los” ao modo de vida que a classe dominante pretendia para essa população e que considerava correto. Questionar a ordem vigente parecia algo distante daquela realidade. O objetivo era sempre o mesmo, para que se pudesse legitimar a estrutura social vigente e manter o controle social, sem quaisquer aparatos teóricos para compreensão daquela realidade e atuação sobre ela.

Fica evidente, na atuação profissional, a culpabilização do sujeito, a moralização e a não consideração e/ou estudo das relações sociais. Em relação à “questão social”, entende-se que atuam sobre ela sem estudar ou questionar as causas, trazendo à tona a total ausência de senso crítico – característica que compõe essa formação atualmente. As principais características das primeiras Assistentes Sociais, diante do que foi observado, são a sua formação/atuação acrítica, doutrinária e moralizadora, somadas a uma atuação coercitiva e de readequação aos moldes daquela sociedade. Há a necessidade de controle das “massas” e tentativa de frear (ou paralisar) as lutas sociais, oferecendo em troca benefícios, sempre em favor do Estado, do empresariado e da Igreja.

Ao “expropriar” uma série de reivindicações do proletariado (defesa dos salários reais, melhores condições de vida, direito à saúde e a cultura, aposentadoria etc.) derivadas da situação crônica de carência em que este subsiste; ao *devolver* essas reivindicações sob a forma de *benefícios indiretos*, outorgados através de uma estrutura burocrática, direta ou indiretamente controlada pelo Estado, as instituições assistenciais atuam no sentido de recuperar e falsificar o conteúdo mais profundo das lutas do proletariado por melhores condições de existência. A partir deste prisma, estas instituições aparecem claramente como agencia política de contenção e controle das lutas sociais (e das sequelas derivadas do crescimento da miséria relativa da população), ao procurarem deslocar as contradições do campo explícito das relações de produção e tentar absorvê-las e neutralizá-las, dentro dos canais abertos a partir do aparelho de Estado. Função que aparece também sob outros tantos aspectos, como os de carrear apoio político eleitoral para o regime; demonstrar o “espírito social” e solidariedade do empresariado; demonstrar a preocupação do Estado para o *bem-estar* da população; contrapor-se à organização autônoma do proletariado, às suas lutas reivindicatórias e, por que não demonstrar que existiriam caminhos mais fáceis e eficientes do que este, para a obtenção de melhores condições de vida. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 324)

Percebe-se, pelo estudo dos autores mencionados acima, um perfil muito característico e conservador para atuar nas camadas mais baixas da sociedade referente a escola de São Paulo. Tratava-se de um perfil que deveria colocar-se como superior ao outro, ou até mesmo um modelo do que o outro deveria ser, já que a trabalhadora social, em sua atuação, estaria para orientá-lo e educa-lo aos moldes de que lhe foi ordenada. Na história do Serviço Social, essa é a história que mais se conta – ou, pelo menos, em minha experiência, foi aquela que foi contada. No entanto, ao estudar sobre as pioneiras, se pode entender que este processo não foi igual em todos os estados.

Pensando nas primeiras escolas cariocas, a autora Simone Tourino Barros (1999) discorda da *generalização* presente na produção intelectual sobre a gênese da profissão, que passa a definir um perfil específico para a profissão, em que diz, por exemplo, que as primeiras assistentes sociais são, todas, oriundas das camadas mais abastadas da sociedade, pois, para a mesma:

É importante ratificar que, muitas das interpretações limitadas concernentes à História do Serviço Social no Brasil são advindas de estudos meramente historiográficos ou empiricistas, que acabam confirmando que o Serviço Social é uma fase mais avançada das formas anteriores de ajuda, pelo simples fato das primeiras assistentes sociais estarem vinculadas às instituições de caridade e de filantropia, ou mesmo por atribuir as características dos primeiros assistentes sociais (maioria do gênero feminino, proveniente das classes altas e médias altas, etc.) como sendo as do Serviço Social. Sendo assim, **as características dos primeiros assistentes sociais passam a caracterizar a profissão.** (BARROS 1999, p. 5) (grifos meus)

Na década de 30, “para operacionalizar as políticas sociais era necessário um profissional com arcabouço teórico e prático, no caso o assistente social, visto que a assistência não mais se restringia à filantropia particular”. Dessa forma, surgiram, nos anos 1930, as primeiras escolas de Serviço Social do país: 1936 em São Paulo, 1937 no Rio de Janeiro (e logo depois em 1940 e 1945, mais duas no Rio de Janeiro). A criação dessas escolas deu-se a partir do governo e da iniciativa privada. Como uma das atribuições da Assistente Social, era requerido a conciliação da classe trabalhadora com a burguesa, pois, com isso, objetivava-se o “progresso da nação” (BARROS, 1999, pp. 33-34)

A profissão, em sua gênese, se coloca como uma profissão feminina e de caráter missionário. Desde a formação das primeiras escolas, tem-se este estereótipo e, conseqüentemente, se entende que a profissão possuía uma visão conservadora, principalmente em relação aos papéis que as mulheres deveriam desenvolver na sociedade. A introdução de disciplinas relacionadas à família, segundo Barros (1999, p. 36) contribui para essa afirmação. Para a mesma, essas eram disciplinas que ensinavam à mulher a ser uma “boa dona de casa e mãe”.

Para que a assistente social tivesse uma atuação profissional eficaz sobre os problemas sociais vigentes na sociedade brasileira, supunha-se que a educação ministrada nos cursos de Serviço Social estivesse pautada numa concepção tradicional acerca da família. Sendo assim, foram introduzidas nos programas do curso as disciplinas: Educação Familiar (ensinava desde a arrumação da mesa até a preparação dos

alimentos), Puericultura (ensinavam cuidados básicos com as crianças recém-nascidas), etc. (BARROS, 1999, p. 35)

Barros (1999, p. 46) destaca que “a criação das Escolas de Serviço Social e a formação profissional em curso nas mesmas eram atravessadas pela luta entre os escolanovistas e católicos”, e prossegue dizendo – baseando-se em relatos de uma das pioneiras da Escola de Serviço Social de São Paulo, no II Congresso Pan-Americano de Serviço Social, Nadir Gouveia Kfoury –, que

[...] os profissionais inseridos nas Escolas criadas sob o auspício da Igreja Católica defendiam uma formação para as elites, ou seja, a formação em um só nível: o universitário; em contrapartida, os que representavam as Escolas criadas pelo Estado ou pelo Distrito Federal se posicionavam a favor do ensino do Serviço Social em dois níveis, ou seja técnico e universitário. (BARROS, 1999, p.47)

Entende-se, a partir de Barros (1999), que a moral era a base daquela formação profissional e que sua relação com a Igreja Católica e sua Doutrina Social é intrínseca. Fica claro que as primeiras assistentes sociais formadas deveriam ser verdadeiras *educadoras sociais*, tendo estas a *missão* de adentrar em lares onde existia o que consideravam como imoral e estar em contato com os desvios sociais, tendo como objetivo a readequação desses indivíduos aos princípios morais que acreditavam e, sobretudo, não deveriam deixar-se levar por tais condutas. A professora destaca, através de Maria Esolina Pinto, pioneira carioca,

[...] outras qualidades que as assistentes sociais devem possuir, dentre elas: consciência bem formada, com o objetivo de julgar os atos do próximo, bem como reconhecer seus erros; vontade firme, por ser o Serviço Social uma profissão árdua; bom humor, no sentido de encarar a vida e a carreira sem pessimismo; vocação, pois da assistente social “exige-se inclinação para trabalhar junto aos necessitados em geral, para compreender toda sorte de desajustamentos e capacidade para conduzi-las a uma solução adequada” e ter convicções religiosas, pois e a religião “que dá à vida uma razão de ser, um motivo para a luta, uma explicação da dor, uma esperança quando todos se desesperam.” (PINTO, 1944, p. 60-63 apud BARROS, 1999, p. 51)

As primeiras assistentes sociais, para Barros (1999) se posicionavam contra o trabalho da mulher fora de casa, pois consideravam perigoso o ambiente fabril, sobretudo em relação à moral, mas também porque o trabalho ocasionaria a falta de tempo para com os cuidados com a família. Compreende-se que isto é demasiadamente contraditório, pois, o Serviço Social, considerado por elas uma profissão feminina, também não seria um trabalho? Dessa forma, entende-se o caráter elitista que a for-

mação, em especial aquela de natureza católica, possuía e a maneira como se *exercitava a profissão como uma missão e não um trabalho* e evidencia a superioridade entre a Assistente Social e o assistido.

Estudando a história do Serviço Social, sobretudo o que se refere às pioneiras desta profissão, fica nítido as bases de formação que traçaram os caminhos para o Serviço Social daquela época. Era uma formação de caráter mais doutrinário do que conservador⁷. Entende-se, com o que foi estudado, que as primeiras Assistentes Sociais formadas no Brasil receberam uma formação em uma perspectiva totalitária e doutrinária, que teve por base o neotomismo⁸ e que a formação se inclinava para a construção de um perfil profissional bem-educado (em um nível mesmo de formação), com a aparência exigida pelas escola e que fosse capaz de estar dentro dos espaços privados daqueles “clientes”, colocando-se com superioridade e se inserindo nestes espaços como um profissional “da ajuda” e “do cuidado”.

Muitas vezes, ao estudar a história do Serviço Social, nestes últimos cinco anos, percebi a criticidade em olhar para o passado e refletir sobre as “primeiras damas” da profissão. No entanto, como estudamos as relações sociais, entendo que a profissão foi construída por essas mulheres com os meios, métodos e técnicas que possuíam naquele momento. Tanto que é que, como se verá a frente, o Serviço Social é marcado por transformações que foram construídas por essas mulheres – e pelas que vieram após e através delas, pois “a história do Serviço Social é, também, uma história de mulheres que construíram e ainda constroem essa profissão” (FREITAS, R. et al., 2018, p. 32).

Comparando, sob o meu olhar, a formação que as primeiras Assistentes Sociais receberam com a turma que ingressa em 2015 na UFRRJ, percebo uma mudança significativa, podendo-se dizer *revolucionária*⁹, que reflete as transformações ocorridas dentro da profissão ao longo de sua história. Obviamente, existe um espaço temporal de décadas entre as turmas – que será explicado adiante, mas, como a temática

⁷ Historicamente o Serviço Social possui um perfil feminino, o que ficou evidente no perfil detalhado por Iamamoto e Carvalho (2014).

⁸ Corrente filosófica que pretendia reviver/atualizar a filosofia de São Tomás de Aquino.

⁹ Como uma transformação – ou movimento, na construção e implementação de cursos de Serviço Social, sobretudo na Baixada Fluminense, pelas temáticas escolhidas em sua grade obrigatória condizente com os valores defendidos pela profissão, contrariando o mercado de cursos privados de Serviço Social e defendendo o Projeto Ético-Político da profissão.

é o curso da UFRRJ, se faz pertinente tal comparação. *Revolucionária* porque, a profissão, desde sua institucionalização no Brasil, vem constantemente construindo modificações em seu currículo e elaborando sua identidade profissional. Na Universidade Rural, se percebe a direção da profissão neste sentido, em construir uma formação com perspectiva de totalidade e que estimula o senso crítico de seus alunos, ofertando uma formação plural, reflexiva, diferenciada e atenta à sociedade e suas frequentes transformações. Então, sugiro uma reflexão sobre as mudanças ocorridas ao longo dos mais de 80 anos de história do Serviço Social e, depois, conhecer a construção do curso da UFRRJ sob a perspectiva de um olhar discente.

Por que o Serviço Social propõe e requer uma formação crítica, se a formação das primeiras assistentes sociais se deu de forma doutrinária, conservadora e moralizadora? Por que hoje o perfil profissional da Assistente Social destoa do de sua gênese? Compreender o intenso caminho de transformação que a profissão trilhou durante os seus mais de 80 – quase 90 – anos de história, é imprescindível para conceber como potente e significativo o currículo do Serviço Social da UFRRJ.

2. O SERVIÇO SOCIAL (E SUA FORMAÇÃO) SE TRANSFORMAM AO LONGO DOS ANOS

A profissão vem buscando, ao longo dos anos, construir a sua identidade profissional. O processo de renovação profissional exige a atualização da formação acadêmica. Há mais de 80 anos, estavam se formando as primeiras assistentes sociais brasileiras. Há quase 7 anos, se apresentavam na Universidade Rural os primeiros alunos do curso de Serviço Social dessa instituição. No tempo histórico que se passou entre um fato e outro, a profissão passou por diversas e intensas transformações que construíram bases para uma formação crítica e de qualidade. Traçar o caminho para contar a idealização e implementação deste curso será o desafio do projeto que aqui se apresenta. Começando por *detalhar as mudanças ocorridas na profissão ao longo dos anos e destacando a histórica “virada” dentro da profissão e a construção das Diretrizes Curriculares.*

2.1. Da emergência à virada: muitos caminhos traçados

Esta é a história do Serviço Social pelo olhar discente de alguém que se apaixonou pelos fundamentos do Serviço Social e passou a se interessar, cada vez mais, pela história da profissão pretendida – aquela que escolhi para a minha vida. Assim sendo, a contação da história do Serviço Social aqui contada tenderá para os pontos que para mim mais chamaram a atenção: principalmente a história das mulheres que fizeram essa profissão e o que se refere à formação profissional. O surgimento e a história do Serviço Social são contextos bastante debatidos dentro da categoria profissional, como se verá abaixo nos autores citados, mas, para além dos momentos “marcantes”, é importante estudar a formação profissional de cada época.

Compartilho do mesmo entendimento de Netto (2011) e Iamamoto e Carvalho (2014) de que a profissão emerge na dinâmica capitalista, a partir do momento em que o Estado passa a requerer profissionais capazes de dar respostas às expressões da “questão social” – quando o capitalismo concorrencial dá lugar ao monopolista. O Serviço Social é uma profissão que está inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, que teve sua emergência na década de 1930. Sua emergência é marcada pelo desenvolvimento capitalista, intervenção estatal e aliança deste com a Ação Católica – e o movimento do Estado junto a classe dominante para conter a grande massa trabalhadora, que teve de intervir sobre as expressões da “questão social”.

Em minha compreensão, a profissão é permeada pela “contradição” desde a sua emergência, pois

A prática institucional do Serviço Social, demandada pela classe capitalista e por seus representantes no Estado para intervir junto aos trabalhadores, é apreendida como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante. Atua, ainda, pela mediação dos serviços sociais, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho. Sendo o exercício profissional polarizado pela luta de classes, o Serviço Social também participa do processo social, reproduzindo as contradições próprias da sociedade capitalista, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades pelas quais é chamado a reforçar as condições de dominação. **Se, de um lado, o profissional é solicitado a responder às exigências do capital, de outro, participa, ainda que subordinadamente, de respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora.** (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, pp. 27-28) (grifos meus)

Para Ortiz (2010, p. 88) o desenvolvimento do capitalismo exigiu do Estado e de suas elites “uma nova postura política e ideológica”, devido aos desdobramentos do sistema em vigor para com a classe trabalhadora. Quer dizer que houve uma mudança na elaboração dos serviços e políticas sociais daquele tempo – principalmente na década de 1940 – para o enfrentamento das expressões da “questão social”, que se deu de forma reformista e conservadora. Para a autora, a emergência e a institucionalização da profissão, inclusive, foram balizadas por um projeto reformista-conservador.

Assim, o Serviço Social consistiu em mais uma das profissões cuja inserção na divisão social e técnica do trabalho deram-se a partir de sua vinculação orgânica com as prerrogativas e princípios desse projeto. Na verdade, foram as formas de tratamento das expressões da “questão social”, empreendidas a partir dos pilares desse projeto, que geraram as condições objetivas para a emergência e a institucionalização da profissão, que por sua vez estabeleceu e apresentou suas respostas socioprofissionais também balizadas por ele. Com efeito, a análise da bibliografia crítica do Serviço Social nos permite pressupor que a vinculação da profissão ao projeto reformista-conservador, respondendo a determinadas requisições estabelecidas a partir de sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho, engendrou as bases necessárias para a constituição de uma definida imagem social, na medida em que tal processo exigiu a formatação de um determinado perfil e ethos profissional capaz de responder às requisições sócio-históricas desse projeto. (idem)

No Serviço Social “tradicional”, ou, em outras palavras, no início da atuação profissional no Brasil – principalmente entre as décadas de 1930-1940 –, a Igreja possuía um papel fundamental, de cunho moral, para a orientação da formação, e, conseqüentemente, para a atuação profissional dessas primeiras agentes. Como vimos anteriormente, a formação era baseada nos ensinamentos católicos e as profissionais eram verdadeiras “educadoras sociais” e se comportavam como tal, até mesmo porque, a formação que recebiam as inclinavam para isso, como tendo um papel de readequar os assistidos à ordem então estabelecida, sem questioná-la.

A visão sobre a sociedade capitalista era moralizadora, pautada nas encíclicas papais¹⁰ e sob a visão religiosa (católica). Além disso, o Serviço Social foi utilizado pela Igreja Católica como uma forma de retomar um poder perdido alguns anos antes e de se reinserir no cenário político, aliando-se ao Estado. As pioneiras do Serviço Social brasileiro eram integrantes da Ação Católica e a imagem de pessoas oriundas da Igreja Católica perante a sociedade era benéfica ao desenvolvimento do capitalismo, pois, à época, representavam o modelo de como o sujeito deveria ser. O contato com os “assistidos” acabava por dar-se neste tom que os denomina: na assistência. O trabalhador até poderia ser “favorecido”, desde que tal intervenção não fosse problemática ao desenvolvimento do capitalismo. Neste processo, a igreja foi de fundamental importância.

É clara a percepção de que a Igreja Católica, conforme as diretrizes de sua Doutrina Social, estava inserida nos princípios do neotomismo e no humanismo cristão expressa em suas Encíclicas papais; também possuía, a partir de seus postulados, um determinado projeto de sociedade, que no caso brasileiro fundamentava-se na concepção de “democracia cristã”. Assim, entendia que o país caminharia para a democracia cristã, na medida em que conseguisse gerar um ambiente propício para o bem comum, e mais especificamente, voltado para os segmentos mais pauperizados. Para isso, esse projeto deveria contar com a cooperação de todas as estruturas presentes na sociedade, de modo a favorecer o bem comum, sem que com isso se restringisse os interesses de todas as classes, incluindo a burguesia. **Favorecer o trabalhador, nos limites estruturais do capital: essa é a concepção de democracia cristã defendida pela Doutrina Social de Igreja e compartilhada [bem como, posteriormente adensada] também, pelos primeiros assistentes sociais brasileiros.** (ORTIZ, 2010, p. 112) (grifos meus)

¹⁰ Rerum Novarum (1891) e Quadragesimo Anno (1931).

Nesse tempo o Estado era, portanto, o provedor das necessidades e demandas que advinham da classe trabalhadora, sobretudo daqueles mais pauperizados, mas a Igreja Católica estava articulada neste processo. Repressão, coerção, moral, eram princípios da relação Estado-Igreja para lidar com a sociedade da época. A Assistente Social será, portanto, parte fundamental deste processo – pois o Serviço Social se revelará como a profissão que executará as políticas sociais do Estado. *Executará, mas não irá formulá-las* – ou seja, a formação não era voltada para este sentido: o pensar e o agir profissional, mas sim para executar as orientações “dadas de cima”, por aqueles que estavam no domínio deste processo. As políticas sociais, que surgem como instrumentos de legitimação e consolidação da hegemonia da burguesia, contraditoriamente são atravessadas, em sua implementação e execução, por conquistas da classe trabalhadora.

Com a influência norte-americana, entre os anos de 1940-1950, a profissão passa a ter um caráter positivista, o que faz com que o capitalismo passe a ser naturalizado. Não que já não fosse, pela profissão, pois não há registros de contestação da ordem estabelecida antes de consumirem das teorias norte-americanas. Essa naturalização fez com que houvesse certa adequação e adaptação à ordem capitalista estabelecida no agir profissional. Ambos os momentos na história possuem caráter moralizador – traduzidos em formação em atuação profissional, buscando tratar os “desvios” (como assim entendiam) daquela sociedade, sem questionar ou sequer tentar compreender a raiz de seus problemas. Assim, então, conhecemos a interface do Serviço Social brasileiro com o Europeu (em sua gênese) e o Americano, em seu desenrolar. A formação profissional baseia-se em matrizes neopositivistas norte-americanas, focando em uma formação burocrática/tecnocrática para o mercado de trabalho. Na influência norte-americana se encontra o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, sinalizando uma crise que culminaria, anos depois, na erosão do Serviço Social Tradicional.

Houve, na história do Serviço Social, uma *modernização... Conservadora?* Pois técnica e científica, sem romper com as bases do capitalismo, no início do regime militar, onde a direção deixa de ser a moral para dar lugar a técnica e a capacidade técnica para o desenvolvimento das ações no trabalho, pois foi um período de inserção a um universo burocrático antes não exigido ao Serviço Social – ou seja, tem-se a exigência de um novo perfil profissional: mais moderno e técnico. Com isso, houve,

também, a necessidade de mudança na formação profissional, deixando evidente que a necessidade de profissionais modernos apresentou a urgência de uma mudança na formação acadêmica. Nas palavras de Netto:

Está claro que produzir este profissional “moderno” implicava uma profunda rotação nos mecanismos vigentes da formação dos assistentes sociais. [...] Com efeito, as referidas condições novas reclamavam uma inteira refuncionalização das agências de formação dos assistentes sociais, apta a romper de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vincaram o surgimento e o envolver imediato do ensino do Serviço Social no Brasil – além, naturalmente, da expansão quantitativa das próprias agências. (NETTO, 2015, p. 163)

É onde a profissão começa a buscar romper com os ensinamentos católicos em sua formação profissional. Sob uma perspectiva desenvolvimentista, quando o país está em pleno processo de industrialização, é a *perspectiva modernizadora* que propicia o padrão profissional que a ditadura militar passou a exigir, inclusive do Serviço Social.

Em tempo: não se está falando de uma ruptura com o conservadorismo, mas sim com o caráter religioso, que vimos ser próprio da gênese desta profissão, pois quando se rompe com as bases religiosas, abre-se caminho para outras formas (que podem ser também) conservadoras explicitadas pela tecnificação e a modernização conservadora, que precipitou a renovação profissional. É um processo de rupturas e continuidades. Para Netto (2015, p. 203), essa perspectiva “foi a expressão da renovação profissional adequada à autocracia burguesa”.

Este o caráter modernizador desta perspectiva: ela aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites – de onde, aliás, o cariz tecnocrático do perfil que pretende atribuir ao Serviço Social no país. No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses “modernos” – de onde, por outro lado, o lastro eclético de que é portadora. (NETTO, 2015, p. 201)

A dinâmica da ditadura militar trouxe a necessidade de mudanças dentro do Serviço Social, pois as demandas da época não podiam mais ser respondidas por uma profissão com caráter religioso e confessional. A universalização da “questão social”, que foi exposta pelo processo de industrialização pesada expressou a intensa

migração da população do campo para as grandes cidades em busca de emprego e todas as mazelas daí decorrentes, relaciona-se diretamente com a expansão e a consolidação do mercado de trabalho das Assistentes Sociais, que foi estendido no período militar. Na atuação profissional, precisavam responder às demandas trazidas pelos “clientes” em um momento onde a dinâmica era de repressão e assistência. Se pode perceber, então, como a profissão é marcada por mudanças que estão, sempre, relacionadas às transformações sociais.

O movimento político ocorrido durante o regime militar obteve bastante destaque e, contraditoriamente, “deu” a categoria condições favoráveis para a construção de um novo projeto profissional: o período que marca a autocracia burguesa brasileira, também marca, para o Serviço Social, um importante processo para o desenvolvimento da profissão. Em outras palavras, a renovação do Serviço Social está diretamente ligada à ditadura militar – pela dinâmica e crise posta pelo regime – e notoriamente não por uma intenção ditatorial. Mais precisamente no decurso do golpe de 1964, começa a existir dentro do Serviço Social um movimento de problematização acerca do seu exercício profissional. Neste período, o mercado de trabalho foi expandido, pois as políticas sociais da ditadura estão intimamente ligadas com o desenvolvimento do capitalismo, pois foram pensadas em proveito deste, de modo que exigiam cada vez mais profissionais para a sua execução, bem como uma modernização dos profissionais, porque passaram a estar cada vez mais inseridos dentro da dinâmica burocrática do Estado.

É neste mesmo tempo que o Serviço Social se insere dentro das universidades e a formação profissional se estende por todo o território nacional. As assistentes sociais passam, a partir de então, a questionar esse Serviço Social com influência neotomista, funcionalista e/ou positivista. Inseridas dentro do ambiente acadêmico, passam a questionar, agora com bases teóricas, a sua própria profissão e, inseridas em mais espaços sócio-ocupacionais, passa a ter maior contato com os movimentos sociais e a refletir sobre a sociedade e a classe trabalhadora. A perspectiva modernizadora é contestada.

Compreende-se, na história do Serviço Social, uma reatualização do conservadorismo?

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica e se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. [...] Aí, exatamente, o seu caráter renovador em confronto com o passado: o que se opera é uma reatualização dele, com um consciente esforço para fundá-lo em matrizes intelectuais mais sofisticadas. [...] Não é por um mero acaso que a reatualização do conservadorismo reclama expressamente uma inspiração fenomenológica. (NETTO, 2015, p. 205)

Sua influência se deu através da fenomenologia, ao recuperar elementos do Serviço Social tradicional e seu vínculo com a Doutrina Social da Igreja, a intervenção profissional microscópica, a centralidade na pessoa humana e a ajuda psicossocial. Ela se difere por ter uma proposta teórico metodológica baseada na ajuda psicossocial, que objetiva a “transformação do sujeito”: também não procura romper com as bases da sociedade. De modo que se subentende que não houve ruptura com o conservadorismo, nem com as bases da Igreja Católica – mas, há, sim, atualizações – que foram ocorrendo com e para o desenvolvimento da profissão. Ela está fortemente ligada às ideias psicologistas da época. Não foi tão difundida como a perspectiva anterior, e não houve registros de polêmicas no bojo da profissão em relação a ela, que logo foi ofuscada por outra proposta, que veremos adiante.

A autocracia burguesa criou as condições para a Renovação do Serviço Social para que este segmento profissional, junto a outros, pudesse responder às demandas emergentes daquele momento sócio-histórico e legitimar o seu projeto societário, em uma atuação que deveria se dar de forma burocrata e tecnocrática – o que era o objetivo do sistema naquele momento, para beneficiar o desenvolvimento capitalista. Mas, ao mesmo tempo – confirmando o caráter contraditório desta profissão –, gestou as possibilidades para o Serviço Social desenvolver alternativas para as expressões da “questão social” dadas pela ditadura militar e questionar as bases da ordem estabelecida, bem como a o caráter da profissão. Por quê?

Porque a partir do ingresso das assistentes sociais no ambiente universitário, elas deixam de ser meras consumidoras de conhecimento e *passam a produzir*, junto às suas fontes, insumos teóricos que contribuem para a formação profissional. Havia grande carência de uma elaboração teórica significativa e o fato de o Serviço Social começar a produzir seus próprios insumos teóricos promove uma alteração em sua

posição subalterna neste meio, pois estas profissionais propiciaram o início de um acúmulo de fundamentação teórica sobre a sua própria profissão; nas palavras de Netto (2015, p. 175): “a profissão mesma se põe como objeto de pesquisa”. Ou seja, o Serviço Social se coloca como objeto de investigação, pesquisa e reflexão. Se, até meados da década de 1960 não havia grandes polêmicas teóricas dentro da profissão, elas surgem, agora, na dinâmica da ditadura e no ingresso ao ambiente universitário.

[...] pela sua permanência nos marcos acadêmicos, com possibilidades de dedicação e envolvimento intelectuais inexistentes para os docentes de períodos anteriores, puderam acumular reservas de forças e engendrar, no âmbito do Serviço Social, uma massa crítica também inexistente antes. Quando se superam as constrições ditatoriais, o acúmulo realizado por este componente profissional vem à tona com significativa ponderação. (NETTO, 2015, p. 166)

A erosão do Serviço Social tradicional, para Netto (2015, p. 190) foi protagonizada pelos discentes, através do movimento estudantil, pois inseridos em espaço privilegiado: as agências de formação profissional. O autor afirma que é a partir do ano de 1965 que o Serviço Social começa a passar pelo seu Movimento de Reconceitualização (internacional), que se exaure em 1975. A união das profissionais foi fundamental para minar as bases tradicionais do Serviço Social na América Latina e propiciar a renovação do Serviço Social.

É por esses condutos e sujeitos principais que a problemática própria da contestação social dos anos sessenta se internaliza no Serviço Social, metamorfoseando-se em problemática profissional. É inconteste a universalidade desse processo, expressando-se diversamente, conforme já sugerimos, nos diferentes países e regiões. É indiscutível que, apreciada a profissão em escala mundial, ela experimentou então uma profunda inflexão, cujo conteúdo basilar se constituiu justamente na erosão da legitimidade do Serviço Social “tradicional”. (NETTO, 2015, p. 190)

Cada vez mais, seus estudiosos foram se aproximando da leitura marxista, ainda que no período ditatorial, muitas vezes esse contato se deu através de outros autores, de forma enviesada e até mesmo embaraçada. Com o afrouxamento e fim da ditadura, o Serviço Social começa a, de fato, “beber” da fonte marxiana – isto é, ler o próprio autor.

É no marco da reconceptualização que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista – e o fato central é que, *depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais*. O recurso dos reconceptualizadores à

tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às suas fontes originais, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até ela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco. Mais ainda: a diluição da especificidade marxiana no cadinho do ecletismo redundou em equívocos tão grosseiros que se chegou a supor a sua congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire. Não se trata, como se vê, de um ingresso muito feliz da tradição marxista em nosso terreno profissional; entretanto – e não há que perder de vista este aspecto –, o principal é que, a partir de então, criaram-se as bases, *antes inexistentes*, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas; a partir daí, a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado a modernidade profissional. (NETTO, 2015, pp. 193-195) (grifos do autor)

Com o caminho percorrido até então e a abertura do regime militar, foi possível o planejamento e concretização da já mencionada “virada” do Serviço Social brasileiro. Netto (2015, p. 206) vai chamar esse processo de *intenção de ruptura*, que contém o vínculo com o marxismo, crítica ao Serviço Social tradicional (e ruptura com ele), a busca por uma transformação societária e a emancipação humana.

Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). Na sua constituição, é visível o resgate crítico de tendências que, no pré-1964, supunham rupturas político-sociais de porte para adequar as respostas profissionais às demandas estruturais do desenvolvimento brasileiro. Especialmente, ela toa forma pela elaboração de quadros docentes e profissionais cuja formação se dera entre as vésperas do golpe e a fascistização assinalada pelo AI-5. (NETTO, 2015, p. 206)

A *intenção de ruptura* resgata para a profissão as ideias de um movimento pré-1964 que foram interrompidas pela ditadura militar devido à censura e a repressão. Com o processo de redemocratização do país, a partir da crise da ditadura, essa perspectiva se desenvolve e avança. Tendo uma parte da categoria profissional se aproximado e apropriado da teoria social de Marx, como um referencial teórico-metodológico para o Serviço Social, puderam contribuir para grandes transformações na formação profissional em Serviço Social, pois, a partir de Marx, se é possível apreender dialeticamente a realidade e analisar as suas contradições. Além de viabilizar alternativas para o rompimento com a imediatividade e o aparente, e compreender as relações sociais que compõem a sociedade.

Na primeira metade dos anos 1980, é esta perspectiva que dá o tom da polêmica profissional e fixa as características da retórica politizada (com nítidas tendências à partidarização) de vanguardas profissionais de maior incidência na categoria, permeando o que há de mais ressonante na relação entre esta e a sociedade – e de forma tal eu fornece a impressão de possuir uma incontestada hegemonia no universo profissional. (NETTO, 2015, p. 207)

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social foi avançando, e a vertente crítico-dialética (NETTO, 2011) foi se alastrando dentro da categoria profissional a ponto de tornar-se hegemônica, estabelecendo a aproximação do Serviço Social com a teoria social de Marx. Segundo Freitas et al. (2018), “isso marcou a aproximação cada vez maior da teoria de Marx como forma de entender a realidade e o Serviço Social”. Tal movimento questionou o papel das Assistentes Sociais, a ordem burguesa e o subdesenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Esse processo é de fundamental importância para os rumos que a formação profissional em Serviço Social traçará a partir de então. Os anos que sucedem os acontecimentos anteriormente mencionados marcam uma verdadeira revolução dentro da história do Serviço Social no Brasil.

Fica entendido que o Serviço Social buscou modernizar sua prática, mas não teve bases teóricas suficientes para questionar o sistema capitalista e o significado de seu trabalho na sociedade – a preocupação era com a profissão em si, sem enxergá-la como parte do processo social. Como já visto, com a possibilidade de adentrar nas universidades e o contato com a teoria social de Marx, mesmo que inicialmente não da “fonte”, a profissão conseguiu acumular e produzir conteúdos que a fizeram questionar a própria profissão e o seu direcionamento, questionar a neutralidade dentro da profissão e passa a assumir um compromisso com a classe trabalhadora, aliançando-se à esta e assim se identificando, em busca de transformação social.

2.2. A “virada” da profissão: novos rumos para o Serviço Social

O Serviço Social vem construindo, ao longo dos últimos quarenta anos, o seu projeto ético político. A partir do III CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979), que ficou conhecido como *Congresso da Virada*, a profissão virou uma página de sua história. Pôde-se perceber, a partir deste momento, que a profissão

“mudou o rumo” de sua direção profissional, de maneira que precisou rever, sobretudo, a sua formação, visto que o caminho a ser seguido a partir de então, seria orientado por uma nova teoria e novas concepções. Com o acúmulo teórico apreendido ao longo dos anos e a vivência cotidiana, a categoria profissional passou a se enxergar também como classe trabalhadora e a defender os direitos daqueles que representa e os seus próprios, por ser classe trabalhadora, tentando, até os dias atuais, romper com uma atuação historicamente hierarquizada sobre os usuários do serviço público. Foi, portanto, a partir deste momento que os Assistentes Sociais romperam com o conceito de serem um mero instrumento da burguesia e do Estado, tendo para si a constante tentativa de romper com as antigas práticas de intervenção desenvolvidas desde o início da profissão no Brasil¹¹.

Os profissionais do Serviço Social vêm, desde então, construindo modificações e atualizando seu currículo profissional a fim de contribuir para uma formação profissional cada vez mais condizente com a realidade posta. Empenho refletido tanto na atuação profissional, progressivamente mais atualizada dos Assistentes Sociais, como no campo da pesquisa, onde se tem visto uma extensa diversidade de temas e debates relacionados à profissão nos seus mais variados aspectos. A profissão passa a ter um novo significado social, voltado para a classe trabalhadora, alinhado aos interesses desta e tendo como base teórica uma leitura que permite a apreensão da realidade a partir de uma perspectiva sócio-histórica. Exemplos que refletem essas transformações são o novo currículo (1982), o Código de Ética (1986), o novo e atual Código de Ética (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996) para o Curso de Serviço Social, proposta formulada pela ABEPSS que orientam os currículos para os cursos de Serviço Social no Brasil.

O Serviço Social, a partir dos anos 1980, tem um novo horizonte à sua frente, caracterizado, principalmente, pelo seu novo currículo, em 1982, e seu novo Código

¹¹ Importante ressaltar que este processo não se deu “de uma hora para a outra” e tampouco abrangeu cem por cento dos profissionais, mas sim que é resultado de anos de busca pela própria razão de “ser” da profissão por parte de seus integrantes, busca por conhecimento e desenvolvimento que não se esgota – está em constante evolução, e se configura até os dias atuais em uma disputa de interesses, onde hoje tal orientação mencionada é hegemônica, mas não única.

de Ética, de 1986. Assim, se apresentam novas possibilidades para a profissão e, também, novos desafios.

Agregue-se o esforço acadêmico da implantação do currículo/82, da ampliação da pós - graduação, da qualificação profissional que este demandava em termos da pesquisa e produção do conhecimento, condições vitais de apropriação da teoria social crítica e de aproximação entre a formação e o exercício profissional e de ambos com a realidade social. (KOIKE, 2009, p. 12)

Os anos 1980 marcam um período de crise e ruptura não só para o Serviço Social, mas para a sociedade brasileira em diversas esferas, como na economia e a política – a sociedade civil, neste momento, através de lutas organizadas, buscava superar com as bases da ditadura militar para o reestabelecimento do Estado democrático. Os movimentos sociais ganharam força na luta pela democracia e o Serviço Social, como categoria profissional, coloca o seu direcionamento a favor da classe trabalhadora e se identifica como tal. É neste momento que a profissão, a partir da análise da realidade social, se questiona e percebem que precisam romper com as bases conservadoras da profissão (Castro e Toledo, 2011, pp. 4-5).

Nas palavras de Castro e Toledo (2011, p. 5):

O movimento “interno” do Serviço Social não ocorreu de maneira estanque daqueles enunciados como dinâmica social, pelo contrário, foi a partir da realidade social (objeto de intervenção profissional), da apreensão dos antagonismos presentes na sociedade e, consequentemente, do seu questionamento, que os assistentes sociais viram a necessidade de romper com os traços tradicionais/conservadores da profissão, elaborando uma proposta de formação profissional sintonizada com as transformações societárias ocorridas e, sobretudo, com os reflexos de tais transformações sobre a profissão. (CASTRO e TOLEDO, 2011, p. 5)

É importante dizer que “ruptura” com o conservadorismo, na profissão, não significa que foi um movimento que se refletiu de imediato e completamente dentro da categoria profissional. Esse momento significa que a profissão pôde rever suas bases, princípios e valores e questioná-las, na intenção de romper com os seus métodos tradicionais e propor uma forma crítica de perceber e intervir na realidade social. O direcionamento do Serviço Social é um território em disputa, inclusive até os dias atuais, pois está em constante movimento. Ou seja, não significa que não existam profissionais conservadores, mas sim que o projeto profissional hoje vigente, aquele que

norteia e orienta a profissão e a prática profissional, é o projeto crítico e hoje ele é hegemônico.

O marco da redefinição do projeto profissional dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Implica, pois, em compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve. [...] (ABEPSS, 1996, p. 5)

Durante e a partir dos momentos vividos nas últimas duas décadas citadas, a categoria profissional construiu coletivamente um projeto profissional, que, diferentemente do pensamento da profissão em sua emergência, possui um caráter de consciência política de seu papel na sociedade, reconhecendo-se como um profissional assalariado inserido na divisão sociotécnica do trabalho e entendendo que sua atuação profissional deveria estar comprometida com o usuário – antes “cliente”. O Serviço Social, olhando para si mesmo, percebe, então, a evidente necessidade de reformulação da formação profissional.

Foi no movimento de recusa e crítica ao conservadorismo que o Projeto Ético-Político do Serviço Social foi gestado, a problematização coincide com a o período da ditadura militar e a partir do momento em que os movimentos sociais que se reinserriram na cena política a partir da segunda metade dos anos 1970, a autocracia burguesa tem a sua derrota – após um longo período. As demandas democráticas que haviam sido reprimidas em seu período mais repressor, se inflam e há grande mobilização da classe trabalhadora, inclusive seu ingresso na esfera política. O Serviço Social brasileiro, ainda em sua fase conservadora, se depara com uma conjuntura diferente e se reconhece naquelas camadas que reivindicam seus direitos. A sociedade brasileira, através de sua luta pela democracia, contribuiu para que o Serviço Social olhasse para si mesmo e desse o primeiro passo para construir um novo projeto para a profissão (NETTO, 1999, pp. 8-10).

Já foi mencionado sobre a “ruptura com o conservadorismo” não significar dizer que todo o corpo profissional aderiu, ao mesmo passo, a um único pensamento – ou teoria! Netto (1999, p. 10), confirma isso ao dizer, sobre o Projeto Ético-Político, que “o corpo profissional não se comportou de modo idêntico. Mas as suas vanguardas,

na efervescência democrática, mobilizaram-se ativamente na contestação política”. Ele se refere, principalmente, ao “Congresso da Virada”. Nas palavras de Netto (1999):

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes. É desnecessário dizer que esta repercussão não foi idílica: envolveu fortes polêmicas e diferenciações no corpo profissional – o que, por outra parte, é uma saudável implicação da luta de ideias (NETTO, 1999, p. 11).

E de Koike (2009):

Projeto gestado nos movimentos de resistência contra o golpe militar instaurado em 1964 e que ganhou densidade nas lutas pelo reingresso da classe trabalhadora na cena política e pelas conquistas democráticas no campo dos direitos humanos e das políticas sociais públicas, universalistas, que marcam as décadas de 1970/1980 e que culminam com o processo constituinte enfeixado na nova Constituição da República, em 1988. É nos anos de 1990, porém, no duro embate com a ofensiva neoliberal que captura o Estado brasileiro, agravando ainda mais a histórica concentração de renda e suprimindo direitos garantidos em lei, que o projeto profissional do Serviço Social se consolida no país. Período de contrarreformas que impingiram perdas e derrotas aos trabalhadores, solapando condições de trabalho, demolindo suas estruturas organizativas, suprimindo direitos sociais e elementares condições de vida. Nele, a categoria profissional soube tecer seu projeto ético-político e torná-lo hegemônico. (KOIKE, 2009, p. 11)

O Projeto Ético-Político do Serviço Social reconhece a liberdade¹² como valor central, onde a profissão se compromissa com a autonomia e emancipação humana. É um projeto profissional conectado a um projeto societário que almeja uma nova ordem social, “sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero”. Ele afirma a defesa intransigente dos direitos humanos, e repudia preconceitos, valorizando o pluralismo na sociedade e na profissão. Equidade e justiça social, universalização do acesso a bens e serviços (em relação às políticas sociais), cidadania como garantia de direitos civis, políticos e sociais e defesa da democracia, também são princípios

¹² “Liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas.” (NETTO, 1999, p. 15)

que aparecem no PEP, que não é uma cartilha a se seguir, mas um conjunto de valores e princípios construídos coletivamente por uma categoria profissional que se manifesta a favor da classe trabalhadora e busca a construção de uma nova ordem social (NETTO, 1999, pp. 15-16).

Em relação à formação profissional, o PEP

[...] implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. (NETTO, 1999, p. 16)

Ou seja, significa uma preocupação com uma formação de qualidade – e também uma formação continuada para melhor atuação profissional, visto que a realidade está em movimento. Preocupa-se com as bases teóricas e metodológicas que estão fundamentando essa formação, pois acredita que somente as críticas são capazes de possibilitar a construção de uma formação que proporcione ao aluno/Assistente Social analisar a realidade social da maneira que o PEP defende.

Netto (1999, pp. 12-13), afirma que desde que o Serviço Social se inseriu no ambiente acadêmico, pôde desenvolver um acúmulo teórico relevante e “incorporar matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo profissional”, ao apreenderem vertentes críticas, sobretudo aquelas de tradição marxista. Para o autor, com o pluralismo instaurado dentro da profissão, o Serviço Social teve condições teóricas e metodológicas de construir meios para a derrota do conservadorismo político existente na profissão e, conseqüentemente, da derrota do conservadorismo teórico e metodológico.

O Serviço Social, neste processo de ruptura com o conservadorismo, buscou teorias que pudessem subsidiar o debate para a renovação profissional, estando, neste período, aliado a classe trabalhadora e inserido na luta por democracia. A teoria social de Marx se sobressai nos movimentos executados pela categoria – ela não é o única, mas é a teoria que predomina neste momento, por fundamentar a produção e a reprodução da questão social (Iamamoto e Carvalho, 2014).

O Serviço Social tem na realidade sua fundação sócio-histórica, o que implica conhecer e adotar o método em Marx de análise e interpretação da realidade, tendo como ponto de partida as categorias simples abstratas como o trabalho, a divisão do trabalho, para compreender as classes sociais antagônicas, que cumprem papel estruturante na ordem do capital. (ABRAMIDES, 2019, p. 75)

Como dito anteriormente, a autocracia burguesa, contraditoriamente, gestou as condições para a renovação do Serviço Social, à medida que expandiu o mercado de trabalho dos assistentes sociais e possibilitou a sua inserção em mais espaços sócio-ocupacionais. Com isso, “os assistentes sociais passaram a manter um contato mais direto com o usuário, podendo identificar com maior clareza, as contradições presentes na sociedade, e conseqüentemente, em sua prática.” A profissão pôde, então, questionar a sua função social e repensar a formação profissional (Castro e Toledo, 2011, p. 8).

Nas análises propostas para o currículo de 1982, citadas por Castro e Toledo (2011, p. 11), encontra-se pela primeira vez no currículo de Serviço Social intenções como “visão global da sociedade” e problematização da realidade e aprofundamento do estudo das relações sociais no Brasil; o rompimento com o pragmatismo, aparece “totalidade social” como instrumento da ação profissional; o claro rompimento com a metodologia anterior do Serviço Social e a utilização do método dialético, com o estudo da práxis; “compreensão que a teoria do Serviço Social tem necessidade de análise sistemática e crítica na sua construção”, dizendo que este não é um conhecimento isolado e exclusivo da profissão; análise institucional, centralidade na luta de classes; contraponto sobre a visão do usuário como indivíduo, grupo ou comunidade; “assistência como direito e não como benesse”; negação da neutralidade e afirmando esta como um direito do Serviço Social; importância do movimento estudantil. Percebe-se que quando a profissão olha para si mesma, rompe com suas bases e busca transformar-se para tornar-se propositiva em busca de transformação social. Trata-se de um currículo de grande avanço para a profissão, mesmo com suas problemáticas teórico-metodológicas e técnico-operativas. É um currículo que

[...] significou um avanço expressivo para a categoria quanto à sua interlocução com a tradição marxista – apesar dos equívocos iniciais – e a redefinição da função social da profissão centrada no compromisso com os usuários na busca pela efetivação de seus direitos, o que forneceu as bases para a elaboração do Código de Ética de 1986 – teve como pressupostos a necessidade de mudança em função da

dinâmica social e da vinculação profissional com as lutas da classe trabalhadora. (KOIKE, 2009, p. 11)

Braz (2008), afirma que o projeto articula, em si mesmo, estes elementos constitutivos: "uma imagem ideal da profissão", "os valores que a legitimam", "sua função social e seus objetivos", "conhecimentos teóricos", "saberes interventivos", "normas" e "práticas". O autor afirma que a materialidade do PEP é viabilizada a partir de três elementos, que a constituem, essencialmente, sendo eles: a) dimensão da produção científica da categoria: produção de conhecimento e sistematização da prática profissional, em todos os seus espaços ocupacionais; b) dimensão político organizativa: a militância e espaços/entidades deliberativas e representativas da profissão, como o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO; c) dimensão jurídico-política: aparato político que constitui a profissão, com leis e resoluções, documentos e textos políticos, como por exemplo os Códigos de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8.8662/1993).

Essas dimensões articuladas entre elas compõem o corpo material do projeto ético político profissional que, como foi dito, deve ser compreendido como uma construção coletiva que, como tal, tem uma determinada direção social que envolve valores, compromissos sociais e princípios que estão em permanente discussão exatamente porque participante que é do movimento vivo e contraditório das classes na sociedade. (BRAZ, 2008, p.7)

A hegemonia do Projeto Ético-Político, segundo Netto (1999, p. 17), foi conquistada nos anos 1990. Entretanto, ele não é o único projeto existente dentro da categoria profissional. Apesar de ter, em sua construção, a fase em que o Serviço Social rompe com o conservadorismo, não impede que existam tendências ainda conservadoras – ou neoconservadoras –, dentro do Serviço Social. Sua consolidação se deu na década de 1990, tornou-se, portanto, hegemônico dentro da profissão. Contribuem para isso as articulações da categoria profissional como um todo, em se organizarem em encontros e fóruns que estão sempre propondo o desenvolvimento da profissão e a relação da profissão com os movimentos sociais.

Com renovada capacidade intelectual, ético-política e organizativa, a categoria profissional, as unidades acadêmicas, docentes e discentes da graduação e pós-graduação, sob a coordenação de suas entidades representativas apresentaram-se, à entrada dos anos de 1990, para um amplo repensar coletivo e democrático da profissão. Cabia redimensionar o projeto profissional, a partir de então denominados proje-

tos ético-político, frente às alterações no mundo do trabalho, nas manifestações da questão social, nas práticas do Estado e suas relações com as classes sociais. (KOIKE, 2009, p. 13)

O PEP é um projeto hegemônico, mas não homogêneo, mas entende-se que, sendo hegemônico hoje na profissão, há um caminho a ser trilhado: a construção de um projeto societário a partir dos princípios e valores que a profissão passa a defender. A década de 1990 representa muito para o Serviço Social – no bojo de outras conquistas democráticas sociais, que ajudaram a criar um contexto favorável também a essas mudanças, pois marca diversas conquistas frutos de lutas coletivas da categoria profissional, como o Código de Ética de 1993 – vigente até a construção deste trabalho, a revisão da Lei que regulamenta a profissão (1993) e a construção das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, formuladas em 1996 – e esta será detalhada a seguir.

2.3. Diretrizes Curriculares e impactos para a formação em Serviço Social

O Serviço Social, nos anos 1990, está inserido dentro das universidades e já possui uma extensa e significativa produção teórica que passa a fundamentar a profissão, pois é o momento em que há um amadurecimento teórico-metodológico crítico entre os seus pesquisadores. Com a presença de seus pesquisadores na pós graduação – à época já em mestrados e doutorados, passa a produzir temáticas importantíssimas para a Assistente Social, como nas áreas de política social, formação profissional, além das vinculações aos grupos vulneráveis, como movimentos sociais e coletivos, nas discussões sobre gênero, raça e sexualidade, por exemplo, também a partir da violência historicamente vivenciada por esses sujeitos. O Serviço Social, ao longo de sua história, desenvolveu e desenvolve competências de intervenção que estão para além da ação direta sobre a "questão social", entre as habilidades adquiridas estão a capacidade de planejamento, implementação, gestão e avaliação de políticas sociais e os "novos tempos" expõem isso, conforme as Diretrizes Curriculares que serão explicitadas (Netto, 1999, pp. 11-12).

Em novembro de 1996, a ABEPSS aprovou, sem Assembleia Geral Extraordinária, as *Diretrizes Gerais* para o Curso de Serviço Social, com indicações para um

currículo mínimo obrigatório. Vale destacar que a década conta com conquistas relevantes para a profissão, bem como em um contexto para além dela¹³, que também contribuíram para as transformações ocorridas dentro do Serviço Social. As Diretrizes Curriculares completam em 2022, 26 anos de história, a mesma idade de quem agora escreve sobre sua importância.

Os anos 90 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais. O trabalho do Assistente Social é, também, afetado por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão sociotécnica do trabalho, no cenário mundial. (ABEPSS, 1996, p. 5)

Importante mencionar que, antes disso, houveram outras iniciativas de construção de revisões curriculares. Ortiz (2019), as detalha:

[...] entre elas, podemos citar a fixação do currículo mínimo de outubro de 1962 por meio do Parecer n. 286 do então Conselho Federal de Educação, seguido de outros processos em 1970, 1982 e 2001, sendo esse último responsável pela aprovação das Diretrizes Curriculares em vigor. (ORTIZ, 2019, pp. 216-217)

Com apoio dos representantes à época do conjunto CFESS/CRESS, ENESSO e de uma equipe de consultores, o novo Currículo Mínimo do Serviço Social foi aprovado em 8/11/1996, este fato marca o compromisso acadêmico constituído de rigor teórico, direção ético-política e prática organizativa. Para Koike (2009, p. 14), “os pressupostos do currículo/82 foram reafirmados e acrescidos, expressando a decisão coletiva de avançar na apropriação da teoria social crítica e do método que lhe é próprio”, pelas possibilidades contidas no método de Marx para intervenção e transformação na/da realidade social. As Diretrizes Curriculares do Serviço Social representam uma direção para a formação: generalista, sob uma perspectiva de totalidade.

Como princípios, a ABEPSS (1996, pp. 6-7) coloca:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes

¹³ Os anos 1990, para o Serviço Social, comportam um contexto histórico importante para a consolidação das Diretrizes Curriculares, pois na mesma década houve o avanço na revisão e na proposta de atualização de outras vertentes político-curriculares. Segundo Koike (2009, p. 5) “no Brasil, a atual configuração pedagógica e socioinstitucional da formação profissional toma forma na reestruturação do sistema nacional de educação, cujos contornos são dados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394, de 20/10/1996”.

- curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
 3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
 4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
 5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
 6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
 7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
 8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
 9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
 10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
 11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica profissional.

Koike (2009, pp. 14-15), entende que as Diretrizes Curriculares possuem uma "direção intelectual e ideopolítica" e que "estão pautadas em princípios que na presente quadra histórica indicam os fundamentos para uma formação profissional desenvolvida com flexibilidade; rigor teórico, histórico e metodológico no trato da realidade e do Serviço Social."

Esses princípios direcionam a formação profissional em Serviço Social implicando em uma formação com capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Sendo assim, é uma direção que objetiva que a aluna obtenha capacidade de compreensão crítica da realidade, a partir de uma visão de totalidade; que tenha conhecimentos históricos tanto sobre a profissão como do desenvolvimento sócio-histórico mundial; compreenda o significado social de sua profissão e tenha capacidade crítica de apreender as demandas trazidas diariamente pelos seus usuários e de formular e executar respostas que contribuam para a emancipação humana, no enfrentamento às expressões da questão social; e conhecimento das competências e atribuições da profissão, conforme a legislação atual da mesma. Em outras palavras, esses direcionamentos foram escritos pela ABEPSS (1996, p. 7), da seguinte maneira:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor.

A vida social se altera diariamente, exigindo que formação e atuação profissional se alterem, visto que há a necessidade de uma construção permanente de conteúdos contributivos para a intervenção do Serviço Social na realidade, e por isso as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996, p.8) propõem que esses processos devem ser “organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social”. Ou seja, há a defesa de que para a concretização de um projeto de formação profissional, há a indissociabilidade entre alguns conhecimentos, que nomearam de “núcleos de fundamentação”, sendo divididos da seguinte maneira: “1 – Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2 – Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.” (idem)

Como concepção pedagógica, as diretrizes propiciam referenciais teórico - práticos indispensáveis a compreender o movimento da reprodução social para além da questão social (com suas insuperáveis e metamorfoseáveis manifestações) e a formular procedimentos operativos destinados ao acompanhamento da dinâmica societária e ao desempenho profissional. (KOIKE, 2009, p. 15)

Sobre os três núcleos, é de suma importância explicitar que:

[...] o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades. À medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos

componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações – aqui entendida como a relação teoria-prática – que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão. (ABEPSS, 1996, pp. 8-9)

Conhecendo a história do Serviço Social, e a maneira como se deu a sua formação ao longo de décadas, fica claro que as Diretrizes Curriculares estão orientando a construção de uma formação profissional verdadeiramente ousada e, por que não, revolucionária? A possibilidade de reunir ensino-pesquisa-extensão traz a superação da fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, podendo assim idealizar e construir um novo perfil profissional para a Assistente Social, que é o que a contemporaneidade requer, para enfrentar a realidade social que está posta.

As Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996, pp. 18-19) apontam como matérias básicas: Sociologia; Ciência Política; Economia Política; Filosofia; Psicologia; Antropologia; Formação sócio-histórica do Brasil; Direito; Política Social; Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais; Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social; Processo de Trabalho do Serviço Social; Administração e Planejamento em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Ética Profissional. E como “atividades indispensáveis integradoras do currículo”, o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Percebe-se que a formulação das Diretrizes Curriculares enfatiza as potencialidades que a formação em Serviço Social pode – e deve – vir a ter. No entanto, seu potencial e direção crítica alinhada ao Projeto Ético Político da profissão não a isenta de encontrar limites. A verdade é que a formação em Serviço Social é – e precisa mesmo ser – fonte de debates e investigação constantes, dentro e fora das unidades acadêmicas e demais espaços do Serviço Social, pois trata-se de um "projeto em aberto, democrático, ou seja, um processo em construção." (KOIKE, 2009, p. 16).

Neste sentido, é importante destacar que

[...] não há como desconhecer questões vinculadas à apreensão da direção e da lógica curricular, dos fundamentos e categorias intelectivas pelas unidades acadêmicas, sem os quais as diretrizes se perdem no burocratismo e no formalismo, comprometendo o alcance histórico, teórico, ético - político, prático-operativo, pedagógico e organizativo que elas emprestam à formação profissional do assistente

social. Dimensões que para desenvolver suas potencialidades necessitam da interlocução com a teoria social crítica; da atitude investigativa e da prática da pesquisa; dos estudos avançados proporcionados pelos diferentes níveis da pós - graduação, da produção de conhecimento, da apropriação dos princípios éticos; do empenho teórico - prático à aproximação aos carecimentos das classes trabalhadoras; de formação qualificada, com direção social e fino acompanhamento da dinâmica societária, das necessidades sociais subjacentes às demandas profissionais, dos processos formativos e do exercício profissional. Sem esse esforço intelectual - organizativo, forma essencial de resistência, o projeto da formação profissional não passaria de um roteiro de boas intenções. (KOIKE, 2009, p. 17)

As Diretrizes Curriculares, portanto, oferecem um “roteiro” que deve ser implementado através de um esforço – uma verdadeira resistência, da categoria profissional aliada às entidades formadoras, frente à ofensiva que a educação vem sofrendo, para que as orientações sejam cumpridas em todas as entidades de ensino do país. A profissão construiu coletivamente essa direção, que é fruto das lutas sociais e mobilização coletiva e a manutenção desses valores precisam ser defendidos diariamente justamente pelo projeto de formação profissional em Serviço Social não ser um roteiro “fechado”, mas que está em permanente construção, a sua direção social precisa se manter de pé, pois sofre diante de constantes ofensivas contra uma educação crítica e de qualidade, daqueles que se colocam em posição de recusa e crítica. “Mas se o real cria e repõe permanentemente desafios e formas de luta, assegura, também, renovadas possibilidades. Aí reside a “astúcia da história!” E o Serviço Social segue resistindo (KOIKE, 2009, p. 20).

O perfil profissional que as Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS indicam como aquele que deve ser construído na formação profissional é o de um:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural **generalista crítica**, competente em sua área de desempenho com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (ORTIZ apud ABEPSS, 2019, p. 218) (grifos da autora)

Para Ortiz (2019), elas expressam “o amadurecimento intelectual, acadêmico e ético-político experimentado pelo Serviço Social brasileiro” há algumas décadas desde que buscou romper com o tradicionalismo dentro da profissão.

3. NASCE UM NOVO CURSO NA UFRRJ: O SERVIÇO SOCIAL

Entendo que o curso de Serviço Social da UFRRJ, a partir da experiência que pude viver, visa construir um perfil profissional que dialoga com os novos tempos, a partir das relações sociais e distante da Ação Social da Igreja, da caridade e da filantropia, estranho às primeiras Assistentes Sociais formadas no Brasil em diversos aspectos, (que possuíam interesse pelo controle social, a defesa da moral e dos “bons” costumes, intrínseca relação com a Igreja Católica e suas orientações, etc.). Nota-se um curso preocupado em formar Assistentes Sociais que provocam e ao mesmo tempo são provocadas pela profissão.

Na contramão do mercado, em abrir cursos à distância¹⁴ de Serviço Social no Brasil, o curso de Serviço Social da UFRRJ está amarrado à profissão ao assumir os preceitos de uma educação pública e de qualidade em Serviço Social.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que congrega as unidades acadêmicas da graduação e pós - graduação em Serviço Social, o conjunto Conselho Federal (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), órgãos de regulamentação e fiscalização da profissão, e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), que articula o movimento estudantil, desenvolvem gestões junto ao MEC no sentido de sustar a autorização de cursos de graduação EaD em Serviço Social. As entidades propõem ao MEC ampliar os cursos presenciais existentes e abrir novos nas universidades públicas onde estes ainda não existem. (KOIKE, 2009, p. 8)

A ABEPSS (2015) possui um vasto estudo sobre os cursos de graduação EaD – que não serão discutidos aqui –, pois sobre isso, agora, interessa dizer que ter sido aberto um curso de Serviço Social na UFRRJ contribui para a defesa do Projeto Ético-Político da profissão e o desenvolvimento desta, em oferecer uma educação pública em Serviço Social em um território onde antes esta possibilidade não existia.

A construção do curso de Serviço Social na UFRRJ será contada a partir do Projeto Político Pedagógico do curso, em forma de análise documental.

3.1. A construção do curso de Serviço Social da UFRRJ

¹⁴ Em 2015, a ABEPSS se posicionou contra a modalidade à distância em cursos de Serviço Social, justificando que tal modalidade não atende às exigências contidas nas Diretrizes Curriculares formuladas pela entidade, sendo inadequada ao Serviço Social pedagógica e profissionalmente.

Em 2015, 105 após a construção da centenária Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, foi aberto um novo curso dentro da instituição, o Serviço Social. A Universidade Rural é historicamente uma universidade conservadora por suas origens nas ciências agrárias e as elites que a ela pertencem. Está localizada na cidade de Seropédica, município da Baixada Fluminense. Hoje conta com outros dois campi (Nova Iguaçu e Três Rios) e oferece, ao todo, 55 cursos de graduação na modalidade presencial. O curso de Serviço Social nasce no campi de Seropédica.

A UFRRJ, fundada em 1910 pelo Decreto 8.319 de 20 de outubro, como Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária, vinculada ao Ministério da Agricultura, foi oficialmente inaugurada em 10 de julho de 1912, e, em 1913, entrou em funcionamento com os cursos de Engenharia Agrônômica e Medicina Veterinária com total de 60 alunos. Em 1943, foi criada a Universidade Rural que englobava a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Nacional de Veterinária. Em 1948, a Universidade foi transferida para o Campus definitivo nas margens da Antiga Rodovia Rio-São Paulo, km7, hoje BR-465. (UFRRJ, 2015, p. 10)

Assim como houve na trajetória do Serviço Social transformações para que ela fosse o que é hoje – o que será entendido mais a frente, também a Universidade Rural passou por elas, ao longo dos seus mais de cem anos, sendo importante dizer que

[...] a UFRRJ tem tradição consolidada no trato de algumas expressões da “questão social” que marcam o cenário vislumbrado na proposta, especialmente relacionadas aos movimentos sociais do campo, através de projetos de pesquisa e extensão e de cursos de graduação, como o de Economia Doméstica, um dos mais antigos da UFRRJ (fundado na década de 1960), localizado no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), bem como a recém-aprovada, em sua oferta regular, Licenciatura em Educação do Campo, localizada no Instituto de Educação (IE). Além disso, a UFRRJ realiza o trabalho de assessoria a prefeituras da região na elaboração de políticas públicas, cursos de capacitação/formação, trabalhando em conjunto com Organizações Não-Governamentais e oferecendo à comunidade que vive no entorno da universidade projetos de educação/formação e de extensão. (UFRRJ, 2015, pp. 14-15)

A partir do Projeto Pedagógico do Curso – PPC da UFRRJ, compreende-se, sobre a criação do curso de Serviço Social desta Universidade, que ele

[...] se constrói a partir da interação entre professores com formação em Serviço Social do Instituto de Educação (IE), professores do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria (DEDH) e uma Assistente Social da UFRRJ. Além disso, foi apresentada a uma representante da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em

Serviço Social), sendo, portanto, uma proposta interdepartamental que busca agregar conhecimentos e práticas desenvolvidas por professores e técnicos em diferentes áreas sociais, norteadoras de um curso de graduação em Serviço Social comprometido com a realidade da Baixada Fluminense e a Costa Verde do Rio de Janeiro, que juntas perfazem a área em torno do campus da UFRRJ. (UFRRJ, 2015, p. 14)

A construção do curso e tudo o que a envolve, como o seu currículo, não se deu com a participação discente (alunos de Serviço Social de outras universidades) e isso poderia ter enriquecido o currículo do curso. Pois, neste processo de desenvolvimento do currículo para um novo curso, teria sido de imensa contribuição a participação discente como protagonistas desse momento de formação em Serviço Social. Tendo esta participação, a construção do curso teria tido maior troca de experiências e conhecimentos, considerando a vivência desses sujeitos. Como estudado em Netto (2015, p. 190) e outros autores do Serviço Social, a profissão é marcada, na maior parte de sua trajetória, por um protagonismo discente, inclusive no Movimento de Reconceitualização. Alunas de outras instituições, como UFRJ, Unirio, UFF e UERJ poderiam ter sido convidadas a fazer parte deste momento de pensar o curso de Serviço Social da UFRRJ. Esta poderia ter sido uma estratégia na condução deste processo, no sentido de

Reconhecer que há uma pluralidade e diversidade e não uma hierarquia de experiências humanas e de coletivos, que essa diversidade de experiências é uma riqueza porque produzem uma rica diversidade de conhecimentos e de formas de pensar o real e de pensar-nos como humanos. (ARROYO, 2011, p. 117)

Se percebe a relação intrínseca da construção do curso com o departamento de Economia Doméstica e Hotelaria da UFRRJ. É do núcleo de professores do curso de Economia Doméstica, inclusive, que o Serviço Social da UFRRJ herdará a maioria de seus docentes. Ou seja, se percebe que o curso já “nasce” com um diferencial, que é ter um núcleo docente com formação diversificada e não homogênea (com todos os professores sendo Assistentes Sociais). Isso vai possibilitar a implementação de disciplinas nas mais diferentes áreas de atuação do Serviço Social, devido a pluralidade entre os seus docentes. Embora não tendo, em sua construção, um número expres-

sivo de professores Assistentes Sociais “exclusivos” para o curso, foi possível a criação de um currículo de acordo com as Diretrizes Curriculares¹⁵ formuladas pela ABEPSS em 1996.

Não havia, na região da Baixada Fluminense, até 2015, a oferta do curso de Serviço Social proveniente de instituição pública de ensino. E de acordo com o PPC do curso (2015), existiam, no ano de 2015, dezoito (18) cursos de Serviço Social nesta região, sendo todos ofertados por universidades/faculdades privadas.

Vale ressaltar, no entanto, que se registram quarenta e dois (42) cursos de Serviço Social, em atividade, ofertados por instituições privadas, dentre os quais dezoito (18) estão localizados na região da Baixada Fluminense. **Nova Iguaçu e Duque de Caxias dispõem de quatro (4) universidades; Belford Roxo, Magé, Queimados e São João de Meriti com duas em cada município; Nilópolis e Queimados dispõem de uma em cada. Enquanto em outros municípios, tais como Itaguaí, Seropédica, Japeri e Paracambi, a oferta desse Curso inexistente. Destacamos, por fim, que estes municípios onde inexistente o curso de Serviço Social são os mais próximos, geograficamente, da UFRRJ.** (UFRRJ, 2015, p. 10) (grifos meus)

O curso de Serviço Social da UFRRJ não é fruto do Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Com isso, tem-se uma grande problemática acerca das dificuldades encontradas para a permanência dessa formação, que conta somente com vagas de aposentadoria para a inserção de novos profissionais em seu núcleo docente.

Apreende-se que muitos municípios da Baixada Fluminense sequer dispõem da oferta de cursos privados de Serviço Social, precisando, sempre, recorrer a outras cidades – muitas vezes com uma distância demasiada para ir e vir diariamente. Os municípios mais distantes da capital carioca são aqueles em que seus munícipes precisam sair da cidade para ter acesso ao ensino superior, ou seja, precisam passar horas em transportes públicos em longas distâncias – um fato que prejudica e altera significativamente a formação, dificultando a concretização de uma formação propositiva e de qualidade – tão cara para o Serviço Social. Devido a ser uma região de periferia urbana, comporta carências como de serviços públicos básicos, urbanização, educação, saúde, proximidade ao mercado de trabalho e ensino de qualidade, etc.

¹⁵ Estas orientações serão destrinchadas na parte 2.3. deste TCC.

Excluindo-se a cidade do Rio de Janeiro, nas cidades limítrofes e vizinhas há carência de escolas que se dediquem ao ensino de Serviço Social. Cidades como Itaguaí, Seropédica, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Japeri, Paracambi, São João de Meriti, Nilópolis, Magé, ou seja, em toda a Baixada Fluminense, além das cidades de todo o Vale do Paraíba, não contam com a existência de curso de Serviço Social de caráter público – mesmo diante das inúmeras refrações da “questão social” acima expostas e do enorme contingente populacional existente na região.

Mas, que região é essa? A Baixada Fluminense é composta por 13 municípios¹⁶, que tem em comum características como a ausência de investimentos e o desenvolvimento de um poder local.

Nota-se que de forma histórica, a construção do poder político nos municípios baixadenses é pautada na violência e na coerção composta por grupos de extermínio e outros aparatos de poder sobre a população residente. Essas estratégias de poder, a partir da lógica da política coronelista, ainda estão presentes na gestão pública dos municípios da Baixada Fluminense. Como um refúgio eleitoral, a prática clientelista da política coronelista vai se tornar uma grande estratégia de ascensão ao poder, vinculada a prática assistencialista. Vários agentes públicos, chegaram ao poder fazendo do ambiente social uma arena política, pois a Baixada Fluminense, enquanto um lugar carente e precário constitui um cenário perfeito para se fundar métodos de apadrinhamento, onde cargos públicos são ocupados via indicações. (OLIVEIRA et al., 2019, p. 5)

A construção de um curso público como o Serviço Social na região da Baixada Fluminense é de suma importância. A partir das disciplinas obrigatórias cursadas e das optativas escolhidas para complementar a formação, foi podido escolher estudar e pesquisar assuntos relacionados à Baixada, tendo profundo interesse por ser uma “filha” desta terra. Somadas essas experiências com a vivência em estágio, em meu município de origem, pude perceber que as práticas políticas da região são realizadas de maneira peculiar, onde impera o clientelismo, o assistencialismo e o coronelismo, características próprias dessas cidades e que rebatem diariamente no trabalho da Assistente Social.

O Serviço Social, inserido na esfera pública, não trabalha sozinho, sua atuação é intrínseca às políticas sociais e a maneira como essas são compreendidas e praticadas em cada município/setor rebatem diretamente em seu cotidiano profissional.

¹⁶ Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica são os municípios que compõem a Baixada Fluminense.

Conhecendo a Baixada Fluminense, se percebe as características políticas existentes e como elas podem envolver as profissionais do Serviço Social. Essa profissão vem construindo e consolidando, ao longo das últimas décadas, um posicionamento crítico fundamentado em uma base teórico-metodológica que dá suporte a essa luta.

O assistente social, enquanto um trabalhador assalariado, que precisa vender sua força de trabalho para sobreviver, e que atua diretamente no enfrentamento da “questão social” é desafiado com essas mudanças, e na Baixada Fluminense soma-se ainda a questão da política coronelista e as indicações de cargos públicos. [...] Inúmeros são os desafios no dia-a-dia do assistente social que atua na Baixada Fluminense, e este deve estar capaz em identifica-los, que para isso é fundamental sua capacidade intelectual, e apropriação dos conhecimentos teórico-metodológicos que proporcione uma postura crítica mediante as suas atividades, algo que não é simples devido a complexidade e heterogeneidade da realidade. (OLIVEIRA et al. 2019, pp. 11 e 12)

Sendo assim, as profissionais que atuarão nos municípios que compõem a Baixada, não podem limitar-se a respostas imediatas das demandas que chegam diariamente – estariam, dessa forma, comparando-se as primeiras assistentes sociais, que eram meras executoras das políticas sociais, por pertencerem a uma época em que as relações sociais se davam dessa maneira, e este, definitivamente, não é o perfil que o curso da UFRRJ deseja formar. Ao contrário, objetiva-se um profissional capaz de reconhecer suas competências e atribuições profissionais, de maneira que esteja para além da execução da burocracia estatal. É fundamental o desenvolvimento de um olhar crítico, a capacidade de reflexão e análise de forma propositiva e questionadora, tendo firme suas bases teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. São essas bases que darão a profissional o direcionamento em seu cotidiano. É preciso formar um profissional político (mas não partidário), no sentido assumir o Projeto Ético-político de sua profissão, defendendo os valores que este defende. Mais adiante, será explicado o Projeto Ético-político – PEP do Serviço Social.

Ou seja, quer dizer que a Assistente Social não pode basear a sua atuação profissional de uma maneira imediatista e nem de forma fragmentada. Seu olhar precisa estar com o conceito de totalidade firmado, baseando sua ação para além daquilo que está dado. Em razão disso, é tão importante e se faz tão necessária uma formação profissional atualizada e que proporcione debates com temáticas relevantes – além, é claro, de atualização/formação continuada. A sociedade está *sempre* em movimento

e transformação, logo, *a profissão também precisa estar*. É indispensável uma orientação e convicção críticas para que as profissionais estejam preparadas, frente aos novos tempos, para reconhecer, analisar e responder às novas demandas que se alteram constantemente. Indiscutivelmente, a Assistente Social, tendo a profissão um caráter prático-interventivo, busca a efetivação dos direitos das pessoas por ela atendidas. Tendo a Baixada Fluminense especificidades ditas anteriormente, há um desafio ainda maior na formação desses profissionais que poderão atuar em seus municípios de origem. Então, como objetivo, o curso da UFRRJ propõe

Formar assistentes sociais capazes de apreender o significado social e histórico da profissão e intervir de forma crítica e qualificada nos espaços de atuação profissional, com fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político, de acordo com a Regulamentação da Profissão (Lei no 8.662/93) e com o Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFESS no 273/93). (UFRRJ, 2015, p. 15)

No segundo semestre de 2015, a Universidade Rural abre as portas para a sua primeira turma do curso de Serviço Social. Alunas e alunos que compõem a região da Baixada Fluminense, bairros cariocas próximos à Seropédica e mais afastados do Centro (como Campo Grande e Santa Cruz) e Sul Fluminense protagonizaram esse momento de grande significado para a sociedade. Deparam-se com um novo curso, de currículo diferenciado e atento às expressões da “questão social” que se modificam e multiplicam diariamente, disponíveis a construir coletivamente um curso que fará a diferença para o entorno da UFRRJ.

Já no primeiro ano do curso, constrói-se o CASS – Centro Acadêmico de Serviço Social “Dandara dos Palmares”, como um movimento de resistência e instituinte. Seu nome, inclusive, traz consigo um enorme significado: mulher negra guerreira. Expressando quem são os protagonistas em um processo de formação profissional: os discentes, e a esses protagonistas é necessário, e de direito, ter voz e espaço, em todos os territórios da Universidade.

3.2. Proposta curricular da UFRRJ

Iamamoto (2015 p. 185) acredita que a formação profissional deve apontar para um profissional com competência crítica, amarrado à teoria social crítica, que possua competência técnico-operativa e ético política em sua formação e atuação

profissional, visto que estas não se separam. Neste ponto, a Universidade de Seropédica tem um profundo comprometimento em firmar uma formação aliada ao cuidado com os sujeitos e atenta às especificidades próprias e os territórios da história de cada um, em sua individualidade e coletividade. Visa formar um Assistente Social comprometido com valores ético-humanistas, priorizando liberdade, igualdade e justiça; almejando, assim, uma prática profissional que esteja diretamente envolvida com a construção de uma “nova cidadania coletiva”, que coadune com os valores defendidos no Código de Ética vigente da profissão e comprometido com o Projeto Ético Político que vem sendo construído pelo Serviço Social brasileiro. Para esta autora, a direção social da formação profissional comporta um processo de luta por hegemonia que é inconcluso, porque este permanece em construção (IAMAMOTO, 2015, p. 185).

De maneira que o caminho a ser tratado é o de:

Um projeto de formação profissional que aposte nas *lutas sociais*, na capacidade dos agentes históricos de construir novos padrões de sociabilidade para a vida social. Construção essa que é processual, que está sendo realizada na cotidianidade no e da prática social, cabendo aos agentes profissionais detectá-las para delas partilhar, contribuindo, como cidadãos e profissionais, para o seu desenvolvimento. (IAMAMOTO, 2015, p. 195)

A autora considera, ainda, que estimular a aproximação dos assistentes sociais às condições de vida das classes subalternas e de suas formas de luta e de organização é fundamental para a reconstrução do projeto de formação profissional. Considerar suas formas de explicitação social, cultural e políticas; seu modo de viver e pensar, cotidiano profissional, lazer, bairros, etc. Para a autora, pode-se detectar a partir daí suas aspirações, núcleos de contestação e resistência: “observar o processo de constituição de sujeitos sociais coletivos, na e a partir da historicidade da vida cotidiana”. Também pondera sobre a ruptura com o papel *tutelar*, este expresso por ações burocratizadas, tecnicistas e tradicionais do Assistente Social. No exercício profissional, a população não deve aparecer como estranha ao profissional – por este não conhecer seu universo –, mas, ao contrário (IAMAMOTO, 2015, pp. 197-198).

Pois, o Serviço Social,

[...] em sua prática, dispõe de condições potencialmente privilegiadas, pela proximidade que tem ao dia a dia das classes subalternas, de recriar aquela prática profissional dos rumos atentados, exigindo que

a formação universitária possa dotar os assistentes sociais de subsídios teóricos, éticos e políticos que lhe permitam – se assim o desejarem – contribuir, de mãos dadas, para o trajeto histórico em rumo aos novos tempos. (SS na contemporaneidade, P. 200)

O curso de Serviço Social da UFRRJ propõe formar (UFRRJ, 2015, p. 15):

Profissional com formação intelectual e cultural generalista e crítica, referenciada no conhecimento das ciências sociais e da teoria social, habilitado teórica, metodológica e politicamente para atuar nas múltiplas expressões da "questão social", com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho, e competência para analisar, decifrar e responder as demandas sócio-históricas dos usuários dos serviços sociais. Profissional comprometido com o projeto ético-político profissional balizado pelos valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social, pelas atribuições particulares e privativas do(a) assistente social, conforme regulamenta a Lei 8.662 de 7 de junho de 1993, assim como pelas orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

Como competências a serem adquiridas, destaca:

- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- Utilização dos recursos da informática. (UFRRJ, 2015, p. 15)

Sendo as específicas:

- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e a garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social. (UFRRJ, 2015, p. 16)

E aponta (UFRRJ, 2015, p. 16), os campos de atuação para o Serviço Social, que são:

- Instituições públicas ou privadas que implementem políticas sociais nas áreas de Seguridade Social (previdência, assistência social e saúde).
- Instituições públicas e privadas que implementem ações nas áreas de Educação, Família, Saúde,
- Meio Ambiente, Sócio-Jurídica, Desenvolvimento Urbano e Rural.
- Movimentos sociais urbanos e rurais.
- Organizações sociais e não-governamentais; entidades filantrópicas.
- Diversos setores organizacionais de empresas privadas ou públicas.

Os três núcleos contidos nas Diretrizes Curriculares e citados anteriormente, aparecem no Projeto Pedagógico do Curso da UFRRJ (2015, p. 18), como um tripé que sustentará a formação em Serviço Social, lembrando: 1) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2) Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e 3) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Esses três núcleos, que são denominados aqui de setores de estudo, são considerados eixos articuladores da formação profissional, porque congregam uma totalidade de conteúdos necessários à apreensão da particularidade da atividade profissional na realidade. Estes conteúdos se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. (UFRRJ, 2015, p. 18)

As disciplinas, divididas entre os três núcleos citados acima, foram agrupadas da seguinte maneira:

Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social	Carga Horária
Ciências Sociais: Origens e Atualidades	30h
Relações Étnico-Raciais e Diversidade Cultural	30h
Antropologia Social	60h
Conhecimentos filosóficos da Questão Social	60h
Psicologia Social	30h
Família e Sociedade	60h

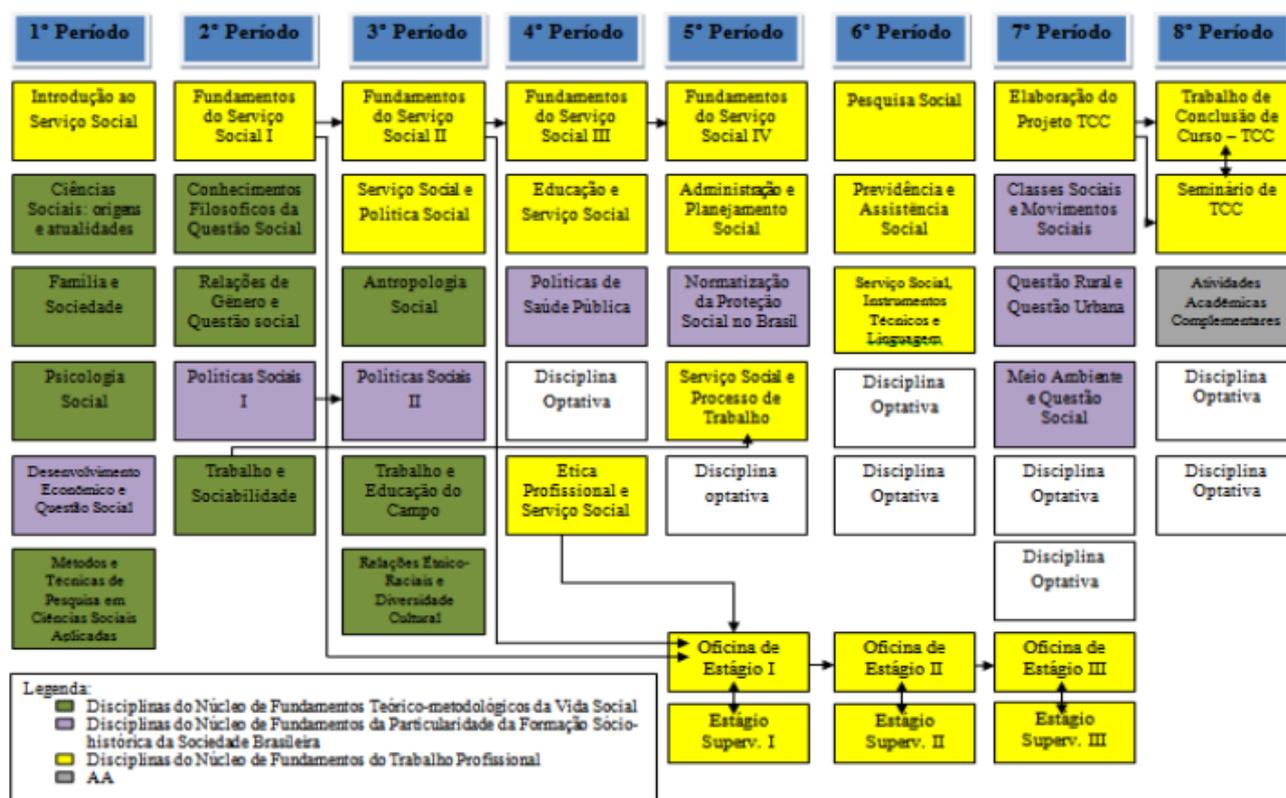
Relações de Gênero e Questão social	60h
Trabalho e Sociabilidade	60h
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas	60h
Trabalho e Educação do Campo	30h

Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira	Carga Horária
Política Social I	60h
Política Social II	60h
Classes Sociais e Movimentos Sociais	60h
Desenvolvimento Econômico e Questão Social	60h
Legislação Social	30h
Política de Saúde Pública	60h
Questão Rural e Questão Urbana	60h
Meio Ambiente e Questão Social	30h

Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	Carga Horária
Introdução ao Serviço Social	60h
Pesquisa Social	60h
Serviço Social e Processo de Trabalho	60h
Serviço Social, Instrumentos Técnicos e Linguagem	60h

Educação e Serviço Social	60h
Fundamentos do Serviço Social I	60h
Fundamentos do Serviço Social II	60h
Fundamentos do Serviço Social III	60h
Fundamentos do Serviço Social IV	60h
Ética Profissional e Serviço Social	60h
Serviço Social e Política Social	60h
Administração e Planejamento Social	60h
Estágio Supervisionado em Serviço Social I	150h
Estágio Supervisionado em Serviço Social II	150h
Estágio Supervisionado em Serviço Social III	150h
Oficina de Estágio em Serviço Social I	30h
Oficina de Estágio em Serviço Social II	30h
Oficina de Estágio em Serviço Social III	30h
Seminário de TCC	30h
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	280h
Elaboração do Projeto TCC	30h

E a grade curricular proposta é a que está a seguir:



Disponível em: UFRRJ, 2015, p. 23.

Analisando o PPC do Serviço Social da UFRRJ, se percebe a direção da formação profissional da UFRRJ comprometida em formar profissionais qualificados seguindo as Diretrizes Curriculares formuladas pela ABEPSS, mas com “*algo a mais*”, apontando para a construção de uma identidade que passa a ser construída a partir deste território por seus próprios sujeitos e também a partir deles: sujeitos de sua própria história, e, ainda, contribuir, como uma sugestão, para os demais cursos. É um projeto que, assim como o Projeto Ético Político do Serviço Social, está e deve estar em permanente construção, sujeito a críticas e aberto à novas ideias, num constante exercício de se transformar diante dos novos tempos, através de seus velhos e novos personagens. Novos currículos, sempre repensados e idealizados para os novos tempos, contribuem para a permanente construção da identidade profissional do Assistente Social do século XXI. Contribuir, como sugestão, para os demais cursos de Serviço Social, por inserir as temáticas de educação, gênero, raça e etnia, meio ambiente e questão rural em seu currículo obrigatório.

3.3. Currículo diferenciado: entraves e impactos. Em construção...

O grande desafio na contemporaneidade é o avanço do neoconservadorismo, o conservadorismo com novas roupagens que pode acabar por colocar em risco as conquistas de nossa categoria. Por isso, é tão importante que a profissão constantemente se atualize e busque formas de combate ao conservadorismo e aos ataques que atuação e formação vêm sofrendo no Serviço Social. O projeto profissional está em constante disputa e construção, e para a sua defesa deve-se obter cada vez mais conhecimentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo – que se dão através de uma formação crítica de qualidade, atualização profissional, luta coletiva, formação continuada, etc.

O Serviço Social surge como um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes como meio de exercício de seu poder na sociedade, instrumento esse que deve modificar-se, constantemente, em função das características diferenciadas da luta de classes e/ou das formas como são percebidas as sequelas derivadas do aprofundamento do capitalismo. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 23)

É possível perceber como o pluralismo¹⁷ se apresenta no Serviço Social, em diferentes formas de enfrentar a realidade social. E ele é muito bem-vindo, mas não o ecletismo¹⁸. A profissão vem, portanto, tentando construir e manter um debate teoricamente plural, sem cair no ecletismo. Através do pluralismo, pode-se ter uma melhor compreensão da “questão social” e até mesmo – e por que não? – de entender a profissão: diversidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Se faz imprescindível, ao falar deste curso, destacar seu pioneirismo em trazer, como obrigatórias – e não optativas (como nos cursos públicos do Estado do Rio de Janeiro anteriormente citados) –, disciplinas que tratam da questão racial, de educação, de gênero, meio ambiente e questões relacionadas ao meio rural. A partir da leitura das Diretrizes Curriculares formuladas pela ABEPSS para o Serviço Social e análise do currículo construído pela UFRRJ, verifica-se que, em sua proposta, o mesmo atende às orientações de 1996 e vai além ao colocar as temáticas mencionadas acima como obrigatórias.

¹⁷ Conjunto de ideias construído por diferentes autores/grupos, reconhecimento da diversidade. No caso em questão, a utilização de diversos autores, mas que possuem bases que não destoam entre si, como as críticas.

¹⁸ Conjunto de ideias que não conversam entre si, que destoam na construção de um pensamento.

Percebe-se que o currículo do curso de Serviço Social da UFRRJ também reflete as mudanças ocorridas ao longo da profissão e tem se mostrado atento às mudanças na contemporaneidade tanto no que refere à formação como a prática profissional, inovando-o trazendo debates oportunos com obrigatoriedade e destaque durante toda a graduação.

O comprometimento com os novos tempos é evidente, evidenciando temas alinhados com a realidade que se mostra à frente, amarrando ideias e valores que correspondem com aqueles idealizados pelo Projeto Ético-Político da profissão. Suas disciplinas diferenciadas refletem a preocupação com a elaboração de um currículo não defasado – ou meramente igual aos já existentes nas demais universidades para seguir a formação que está dada –, mas sim atualizado e *disponível* a mudanças para a garantia de qualidade no processo de formação profissional. Reflete os rumos tomados pela profissão nos últimos 40 anos, sobretudo os princípios afirmados pelas Diretrizes Curriculares (1996).

[...] A maturidade teórica adquirida pela categoria profissional nesse processo supera as lacunas do currículo anterior e reafirma: a direção social do curso; o significado social da profissão na divisão sociotécnica do trabalho; a profissão compreendida no âmbito da produção e reprodução social; a fundação sócio-histórica da profissão expressa nas manifestações da “Questão Social”; a totalidade da vida social; o trabalho como categoria fundante do ser social; a condição de assalariamento profissional; a articulação entre projeto profissional e projeto societário da classe trabalhadora. (ABRAMIDES, 2019, p. 238)

O currículo da UFRRJ é um currículo plural, harmônico à contemporaneidade, pois traz, em sua construção, diversos temas como obrigatórios e que geralmente não são ofertados de maneira obrigatória, mas sim optativa. É contundente as Diretrizes Curriculares citadas anteriormente, e, por ser um curso novo, tendo sua primeira turma no ano de 2015, é um currículo atualizado. Segundo Koike (2009, p. 1), "manter o processo da formação profissional sob permanente e crítica atualização torna-se, cada vez mais, uma necessidade nos diferentes campos profissionais."

As transformações societárias desencadeadas pelo movimento que as classes sociais realizam para enfrentar a crise contemporânea do capital suscitam novas exigências às práticas profissionais, aos processos da formação profissional e à organização dos sujeitos da profissão. Nesse contexto em que o capitalismo busca saídas para seus próprios limites, refletir sobre o processo educativo-formativo dos assistentes sociais requer cuidadosa avaliação crítica desse estágio do

capitalismo, do significado da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, de seus vínculos com o real e da opção política que os sujeitos da profissão imprimem aos projetos profissional e societário. (KOIKE, 2009, p. 1))

As condições concretas são atravessadas por dimensões de gênero, raça, classe social, cultura, geração, e, portanto, na formação profissional em Serviço Social, essas temáticas não podem ser ofertadas de maneira fragmentada, mas precisam estar alinhadas no currículo em sentido de totalidade, visto que atravessam o Serviço Social em suas mais diversas esferas. O Serviço Social é uma profissão generalista e tais debates são imprescindíveis para a construção do seu profissional. As implicações políticas, históricas e sociais que perpassam a profissão precisam estar inseridas em sua formação profissional, pois se renovam e se alteram diariamente, necessitando cada vez mais de um olhar apurado sobre a realidade social.

A formação e a intervenção profissionais do assistente social estão marcadas pelos inúmeros dilemas da contemporaneidade, e isso evidencia o nível de complexidade que marca o Serviço Social e a consequente necessidade de competência dos seus profissionais para enfrentá-la. Diferentemente de exigências restritas ao padrão técnico-instrumental, o que o assistente social enfrenta nas duas esferas da vida profissional requerem ações balizadas, intelectualmente responsáveis e fecundas, analíticas e críticas, capazes de lhe proporcionar compreensão suficiente para uma ação efetiva e qualificada na realidade social. Para isso, é imprescindível compreensão substancial da economia – da atual crise do capitalismo –, da cultura, da política, dos movimentos sociais, das instituições jurídico-políticas, das organizações sociais e da dinâmica das relações grupais e interpessoais. Ou seja, é imprescindível uma compreensão da realidade social que viabilize uma atuação profissional responsável e consequente. [...] (FORTI & GUERRA, 2010, p. 3)

Arroyo (2011, p. 116) diz que "toda experiência social produz conhecimento" e que "quando os docentes trazem as experiências sociais para os processos de ensino-aprendizagem se contrapõem a essa separação entre experiência e conhecimento".

Quando as experiências sociais são ignoradas se ignora o trabalho humano, a experiência mais determinante do conhecimento. Enquanto as experiências sociais, humanas, de vida e trabalho não forem reconhecidas como conformantes do conhecimento, das ciências e dos saberes e dos processos de ensino-aprendizagem não serão reconhecidas e valorizadas as experiências sociais, humanas, de luta, de trabalho e de vida dos profissionais do conhecimento e dos seus aprendizes. (ARROYO, 2011, p. 117)

A disciplina "Introdução ao Serviço Social", logo no primeiro período, abre os estudos sobre os Fundamentos do Serviço Social, localizando no tempo e no espaço

a profissão e sua identidade/memória, também com enfoque ao lugar de formação: a UFRRJ, a partir de um meio não-urbano. Como objetivo específico, traz como destaque a realidade local, inclusive as áreas rurais, e isso se faz imprescindível à formação, principalmente ao unir os estudos à construção de pesquisas relacionadas ao trabalho profissional nesta região e articulação com projetos de extensão, do próprio curso, com outros profissionais deste território.

Como disciplinas que o currículo da UFRRJ traz como obrigatórias, foi escolhido destacar aquelas que são relevantes para a atuação profissional em Serviço Social e costumam ser ofertadas como disciplinas optativas ou sequer existem nos currículos de Serviço Social. Como um diferencial, o currículo do curso de Serviço Social da Universidade Rural “nasce” as tendo como parte do seu currículo obrigatório. São elas: "Relações de Gênero e Questão Social"; "Relações Étnico-Raciais e Diversidade Cultural"; "Educação e Serviço Social"; "Meio ambiente e Questão Social" e "Questão Rural e Questão Urbana" e serão discutidas duas: as que tratam de gênero e de raça/etnia.

É um grande avanço, na formação profissional em Serviço Social, que as disciplinas citadas anteriormente existam na grade curricular de forma obrigatória. No entanto, analisando as ementas das demais disciplinas pertencentes ao curso, percebe-se que as temáticas pouco aparecem ou inexistem, o que faz com que muitos assuntos sejam debatidos de forma fragmentada dentro do curso como um todo, quando são assuntos que deveriam estar inclusos em outras disciplinas durante a graduação e deveriam ser debatidos em outras disciplinas. A diferença, neste sentido, deve ficar a critério de cada professor em sua atuação ao incluir as temáticas, trabalhando-as no dia a dia. É necessário que os assuntos sejam debatidos sob uma perspectiva de totalidade e não de forma fragmentada como aparecem (separados por disciplinas), pois são temas pertinentes ao Serviço Social e que atravessam a profissão em todas as suas esferas. A transversalidade precisa estar presente em todo o currículo.

[...] a leitura do real com essa amplitude supõe teorias macroscópicas sobre a sociedade, que possibilitem a apreensão tanto dos elementos estruturais quanto dos conjunturais, das peculiaridades de seus nexos com a totalidade, das relações entre os vários elementos que compõem a realidade em que estamos inseridos e na qual pretendemos atuar profissionalmente. Mais ainda, faz-se necessária uma teoria que nos permita perceber como os principais dilemas contemporâneos se

traduz nas peculiaridades do Serviço Social e se expressam nas requisições e competências socioprofissionais e na cultura profissional. [...] (FORTI & GUERRA, 2010, p. 3)

A disciplina que trata sobre gênero, por exemplo, é importantíssima, mas insuficiente. A temática poderia, também, compor ementas de outras disciplinas, pois “o Serviço Social é uma profissão historicamente constituída por mulheres e que atende, prioritariamente, a mulheres” (Freitas et al., 2018, p. 235). Na ementa da mesma, constam os debates acerca das políticas sociais e da identidade profissional do Serviço Social, no entanto, em seu conteúdo programático, aparecem tópicos que deveriam ser discutidos durante toda a graduação e que não parecem ter o “poder” de serem esgotados em uma disciplina de 60 créditos.

Silva (2022) diz que “das trinta e nove matérias obrigatórias, quatro consideram raça/etnia no seu conteúdo programático, mas, somente duas disciplinas mencionam as categorias raça/etnia diretamente na ementa”. As disciplinas que tratam de raça/etnia são “Relações étnico-raciais e diversidade cultural” e “Classes Sociais e Movimentos Sociais” e a primeira possui uma ementa que

[...] se mostra coerente na perspectiva de "relações étnico-raciais", onde a disciplina, ao menos na ementa, ultrapassa os limites do racismo com as pessoas negras e se mostra propensa a abordar assuntos das diversidades culturais. No entanto, de forma alguma se relaciona com o Serviço Social, quiçá ser transversal na formação profissional, o que entrariam as políticas sociais, os fundamentos sócio-históricos e entre outros temas essenciais que paira o processo formativo do Assistente Social. [...] (SILVA, 2022, p. 70)

Concordando com o autor – e colega de sala, é evidente que disciplinas isoladas não são suficientes para “dar conta” dos debates acerca das temáticas debatidas, mas que o currículo da UFRRJ reflete os caminhos traçados pela profissão no desenvolvimento da formação profissional. Como já dito, é um campo em constante construção e que, a partir das experiências vividas no hoje, pode ser transformado para aqueles que ainda virão, por quem está construindo o Serviço Social.

Pessoalmente falando, o currículo do Serviço Social da Rural, embora possua uma disciplina específica para abordar as temáticas envoltas da questão étnico-racial, ainda carece de transversalidade. Nos nossos anos de formação (2017-2022), observamos enquanto estudantes do curso na presente Universidade, que os esforços da categoria profissional, tem refletido em um solo fértil, uma vez que na Rural do Rio de Janeiro, o curso já surge com uma disciplina que dá atenção exclusiva ao debate étnico racial, mesmo com falta de transversalidade. [...] (SILVA, 2022, p. 71)

Em relação ao estágio, por a Universidade Rural estar localizada em Seropédica, na Baixada Fluminense – e seu contexto histórico-político e econômico já foi debatido anteriormente –, vários alunos matriculados na UFRRJ têm como campo de estágio cidades da região. Com isso, podem conhecer a política que predomina nesta localidade. Veja, não se está dizendo que os profissionais formados pela UFRRJ devem trabalhar (apenas) na Baixada Fluminense, mas que, por serem provenientes desta escola, é importante que conheçam as especificidades e as muitas peculiaridades próprias desta região. Para contribuir com esses conhecimentos, as disciplinas de Fundamentos do Serviço Social IV, Serviço Social e Processo de Trabalho, Classes Sociais e Movimentos Sociais poderiam incluir em suas ementas, assuntos pertinentes à realidade da Baixada Fluminense. Como optativas que tratam da Baixada Fluminense em si, o curso conta com duas disciplinas: "Violência na Baixada Fluminense: O Capital, o Estado e o Poder Político" e "Baixada Fluminense: narrativas, memória e atualidades".

[...] subjaz a premissa de que a complexidade da realidade exige profissionais do Serviço Social que não pretendam apenas responder de modo tradicional e *imediatista* às demandas que lhes são dirigidas, mas que entendam que respostas profissionais pressupõem compreensão dos significados sociais de tais demandas e intervenções que lhes possam atribuir outros. Assim, na nossa linha de raciocínio, o desafio consiste em formar profissionais capazes de atuar na realidade, por meio da identificação e da apropriação crítica de suas demandas e das demandas a eles dirigidas, reconfigurando-as e enfrentando-as de maneira eficaz e eficiente – ou seja, e consonância com o sentido mais profundo da expressão trabalho profissional. (FORTI & GUERRA, 2010, pp. 3-4) (grifos das autoras)

Analisando as ementas disponibilizadas pelo curso, entende-se que, em sua proposta, há um projeto de construção de uma formação comprometida com a luta da classe trabalhadora, como há de ser a formação em Serviço Social.

[...] A falta de uma leitura depurada, substancial e racionalmente crítica da realidade social pode trazer consequências desastrosas para o trabalho profissional, a exemplo das respostas profissionais – mesmo de maneira escamoteada – conservadoras que são compatíveis com os pensamentos que advogam a “inquestionabilidade” da sociedade burguesa. [...] (FORTI & GUERRA, 2010, p. 13)

Não foi possível, em razão da pandemia da COVID-19 e o lapso de tempo em ensino remoto e os desencontros do retorno ao presencial, realizar debates com os discentes do curso em relação a maneira que a disciplinas (todas as obrigatórias) são

dadas e de que modo, a partir da visão deles, o currículo poderia ser mudado a fim de uma revisão do currículo construído.

Como uma indicação de revisão curricular, entende-se que há a necessidade da participação discente, pois “buscar em coletivo a pluralidade de significados dessas experiências passa a ser assumido como um exercício de conhecimento porque se parte da postura epistemológica de que toda experiência carrega conhecimentos.” A partir da experiência já vivida, ao longo destes 7 anos de história do Serviço Social na UFRRJ, todos os sujeitos que fazem parte dessa história são relevantes para este novo processo que deve ser elaborado (ARROYO, 2011, p. 132).

É importante dizer que, embora o curso da UFRRJ tenha inúmeras dificuldades – algumas delas tratadas aqui – sua construção possui enorme valor para a sociedade e o curso, sendo público, em Universidade Federal, pode articular ensino, pesquisa e extensão - o que possibilita a garantia da direção política da profissão.

As propostas de mudanças que se apresentam à medida que novos sujeitos vão contribuindo para essa história, refletem a ideia de que a realidade social está em movimento. O currículo de 2015 foi pensado e formulado para a construção do curso, sem a participação de discentes – da UFRRJ pois não os tinha, e nem foram chamados os de outras universidades que poderiam contribuir. Em 2022, já prestes a receber a 7ª turma, torna-se possível a revisão curricular também a partir das necessidades e urgências trazidas pelos seus discentes. Mais do que possível, é necessário fazê-la.

Ainda sobre o Projeto Ético Político da profissão, é necessário reafirmar que

É no trânsito dos anos oitenta aos noventa do século XX que o projeto ético-político do Serviço Social se configurou em sua estrutura básica – e, qualificando-a como básica, queremos assinalar seu caráter aberto: mantendo seus eixos fundamentais, ela é suficiente flexível para, sem se descaracterizar, incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios. Em suma, trata-se de um *projeto* que também é um *processo*, em contínuo desdobramento. (NETTO, 1999, p. 15) (grupos originais)

Então, partindo do mesmo pensamento de Netto, pode-se colocar que o currículo da UFRRJ é também um projeto – e assim ele é um processo, pois não está fechado, mas em permanente e constante construção e pode – e deve, ser revisado e modificado à medida que novas necessidades surjam. Discussões dentro do Serviço

Social se modificam cotidianamente, pois a realidade social é inconstante e assim também devem ser as discussões acerca da formação profissional em Serviço Social.

3.4. O significado do curso sob um olhar discente

Na introdução deste trabalho, afirmei que ele é fruto das curiosidades gestadas durante todo o processo que pude experienciar, na UFRRJ, durante o período da graduação – que está encerrando. A escolha da temática, que mescla a história do Serviço Social, suas pioneiras e a construção do curso de Serviço Social da Universidade Rural, é uma combinação dos temas que foram os mais queridos – e bem vindos – neste processo. Ao termina-lo, considero ter escrito um diário desses assuntos “preferidos”, sob o meu olhar tendo como base os autores que mais fizeram parte da graduação.

Nas lembranças da infância, é possível resgatar a menina que, a caminho da praia, admirava toda a extensão da UFRRJ, grandiosa como ela é, e sonhava entrar naquele espaço. Sonhava estudar ali. Por isso, nesta pequena parte, como não foi possível desenvolver essa pesquisa com outros discentes (ainda!), tratarei como uma autonarrativa o significado do curso. Em relação a isso, Marques e Satriano (2017) dizem que

A capacidade do uso da linguagem é algo inerente ao ser humano. Sua capacidade de narrar o mundo e a si mesmo abre oportunidade ímpar para seu desenvolvimento já que permite trabalhar no campo das ideias com fatos reais ou ficções e navegar pelo espaço e tempo. A partir das narrativas, tem-se a possibilidade de (re)elaborar questões internas e fortalecer a autoria e a autonomia. A narração não é a descrição fiel do fato, mas como ele foi construído mentalmente pelo narrador. No narrado podemos conhecer mais acerca da subjetividade do narrador do que a "verdade" em si do narrado. [...] (MARQUES e SATRIANO, 2017, p. 372)

Primeiramente, estar dentro da UFRRJ significa a realização do sonho de infância. Ao crescer e descobrir quais caminhos gostaria de trilhar, em relação à vida profissional e encontrar, nesta Universidade, o curso que se assemelha aos assuntos e temas de interesse, significa a concretização do sonho. Contudo, tem-se as dificuldades em ser o curso ainda muito recente e, portanto, despertar muitas dúvidas e questões sobre o futuro. Ainda assim, a escolha foi por ele, com todos os seus desafios e suas possibilidades – muitas, descobertas com o tempo.

Fonte (2006) discorre acerca do estudo da narrativa que se reestrutura dentro da perspectiva de interação sujeito e ambiente, sendo esta interação autorreferenciada e interpretada a partir dos quadros operatórios do próprio sujeito. Desta forma, o ser humano é ativo e não um receptáculo de informações ou um mero processador de informações. Seu pensamento é fluido, metafórico e imaginativo, e simultaneamente busca sentido da realidade em eterno movimento, caótica, complexa. Como resultado das próprias distinções perceptivas há inúmeras possibilidades de leitura de si e do mundo. [...] (MARQUES e SATRIANO, 2017, p. 373)

No primeiro dia, havia um menino em seu aniversário de 4 anos, que não fazia ideia do que aquele “primeiro” dia significava para aquelas pessoas (a realização de um sonho, uma nova vida, muitas possibilidades do quer vir a ser), mas estava lá. Ainda penso nele, como uma pessoa que irá se desenvolver e um dia também estará no lugar daquelas pessoas. No Serviço Social? Da Rural? Não se sabe, mas penso no sentido de que se deve construir aquilo que fazemos parte não só para nós mesmos, mas para todos que ainda virão. Porque esse é o processo, e ele vale todas as lutas.

Na paixão por entender os fundamentos do Serviço Social e entender como se deu a emergência da profissão no Brasil e quais pessoas fizeram parte deste momento, foi impossível não pensar na construção do curso que faço parte e na importância que todos aqueles que contribuíram para que ele existisse possuem. Talvez muitas dessas pessoas não se deem conta, mas esse movimento coletivo que compõem, é motivo de realização e transformação na vida de muitas pessoas que tem suas vidas atravessadas porque um novo curso foi criado – alunos e não alunos, porque o Serviço Social é uma profissão de extrema relevância para a sociedade.

A recepção foi acalorada, logo nos primeiros meses foi possível construir um movimento de ocupação que buscava, sobretudo, defender que a teoria social de Marx deveria ser dada nas disciplinas do curso – como as Diretrizes Curriculares orientam. Com o tempo, chegou à compreensão da importância que os movimentos sociais possuem dentro do Serviço Social – eles são parte de sua história, a constroem também.

A vida pessoal foi se misturando tão naturalmente a vida dentro da Universidade, que muitas vezes os pedidos feitos em oração não eram pessoais, mas sim para o curso, como a chegada de novos professores. Um pouco de pessoalidade no pedido, sim, para que chegassem aqueles que também gostavam dos fundamentos.

Oração respondida. Quando penso nisso, imagino como se deu a construção dos saberes dentro do Serviço Social, que pouco a pouco foi acumulando uma série de conhecimentos e temas que hoje são tão caros a ele. Desta forma, à medida que novos personagens foram chegando, novas histórias passaram a ser escritas. Nesses processos de construção, muitas vezes aquilo que contribuímos não é para nós, mas para os que virão. Esse movimento se repete na profissão, em todas as mudanças ocorridas dentro dela, construídas pela própria categoria, mas experienciados pelos novos profissionais.

E assim é a experiência das primeiras turmas, que passando por cada disciplina, pôde dar retorno sobre os conteúdos apreendidos e indicar o que poderia ser mudado ou repensado para aqueles que nos semestres que se seguem iriam apreender as temáticas, a partir das “avaliações semestrais”. É interessante perceber o que está sendo construído através das experiências individuais e coletivas.

Novos rostos, cores e sotaques, chegam anualmente ao curso e isso reafirma o poema, feito em 2017, sobre a pluralidade do curso. Enxergar no olhar dos alunos também a realização de um sonho e a força para construí-lo coletivamente, mantém o sentimento de que ele – o curso –, merece prosseguir e florescer. Ainda com o poema, enxergo agora ao sair, o quanto foi importante que o grupo que o construiu, antes da chegada de seus novos componentes, ter lutado para que o curso pudesse existir na Baixada Fluminense. Ele ainda luta para resistir – não porque a Universidade o rejeita, mas pela crise que a educação enfrenta. É um curso que tem identidade e que não deve perder a sua essência de conhecer cada um dos seus, como sujeitos de sua própria história e não meros números dentro da imensidão que é a UFRRJ.

Penso nas pioneiras do Serviço Social no Brasil, principalmente aquelas da foto que estampa a “bíblia” do Serviço Social, que nos são caracterizadas como conservadoras, tradicionais, religiosas e de atuação coercitiva. Lembro que muitas delas, ao longo de suas trajetórias a partir do Serviço Social, tornaram-se mulheres revolucionárias que em nada se assemelham as características descritas acima. Penso na transformação que o Serviço Social tem o poder de construir.

Ainda no poema, em 2017, reflito sobre a força, a garra e a resistência do curso. Não sendo filho do Reuni, teve de ser forte e resistente desde sua construção. Contou, em seus primeiros anos, com o apoio e a garra de professores substitutos formados

em Serviço Social, além, é claro, de um protagonismo discente, alunas engajadas na construção de uma formação de qualidade: para as que estavam, mas, sobretudo, para quem ainda virá... Todos os personagens que fazem essa história, estão construindo diariamente uma nova realidade social não só para si, mas para todos que ainda virão. É essencial, na sociedade contemporânea, para enfrentar a realidade que se modifica drasticamente a todo instante, a formação de Assistentes Sociais propositivos, interventivos e questionadores. Em minha visão, isso está sendo construído, mesmo em meio a inúmeros desafios. E essa é a beleza desse processo.

Se não houvesse a construção desse curso, poderia ter trilhado a formação profissional em Serviço Social em outra universidade, entretanto o significado de poder estudar no lugar onde se reconhece não existiria. Muitas vezes a docência foi idealizada como motivo de retorno ao “ninho”, ao lugar de origem, palco de aprendizagem, para lecionar – e aprender. Essa idealização só foi possível devido as possibilidades desenvolvidas ao longo do curso, ao estar inserida em monitoria, grupo de pesquisa e extensão e movimento estudantil. São essas partes, importantes componentes da formação profissional, que contribuem para a formação do sujeito para além da obrigatoriedade do currículo e que dá “asas” para alçar seus próprios voos.

E assim é o caminho. Alguns estão indo, outros vindo. E muitos virão. A História, inclusive a do Serviço Social, continua a ser escrita diariamente, e o Serviço Social da UFRRJ é mais um capítulo desta longa e significativa História. E é deste capítulo que faço parte, por isso, deixo minhas contribuições sobre a formação profissional de nossas pioneiras – a do Serviço Social brasileiro e a qual me foi ofertada, a do Serviço Social “ruralino”. Valeu a pena ser parte desse processo!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à formação profissional, o Serviço Social, em sua gênese, possuía um caráter conservador, tendo suas bases alicerçadas na Doutrina Social da Igreja e sua atuação era moralizadora e coercitiva. Contudo, nesta parte da história, acredito que também se faz importante ressaltar o pioneirismo feminino no Serviço Social por terem desafiado o conservadorismo de sua época ao acessarem o ensino superior e

ingressarem no mercado de trabalho e pela luta travada ao longo dos anos para transformação da profissão. E mostrarem-se, desde então, preocupadas com a formação profissional em Serviço Social, pois desde os anos iniciais da profissão, percebe-se o interesse em acumular conhecimento acerca do exercício profissional, mesmo que neste primeiro momento de forma acrítica. O Serviço Social deve muito a todas essas mulheres, que fizeram e fazem a profissão ser o que ela é. São mulheres que em um tempo conservador, ousaram conquistar sua independência – a partir do Serviço Social e abriram os caminhos para que outras pudessem chegar. Além disso, são todas essas mulheres que, olhando a profissão a partir de si mesmas, puderam estudar e contribuir para as transformações ocorridas dentro do Serviço Social ao longo desses mais de 80 anos de História.

Da mesma forma, percebo os profissionais que o Serviço Social da UFRRJ está formando para a sociedade. São futuros Assistentes Sociais que nutrem um olhar específico sobre a Baixada Fluminense – seja por pertencerem a ela ou por estarem inseridos, em sua formação, nesta região. E que, não só por isso, mas ainda mais por possuírem essa bagagem, possuem muitas possibilidades para contribuir com a transformação social desse lugar – mas não só. Apesar de ser um curso novo e contar, ainda, com poucos docentes formados em Serviço Social, a Universidade Rural possui uma formação profissional em Serviço Social de qualidade, capaz de formar perfis profissionais aptos a atuarem em todo território nacional e buscarem a transformação social nos mais diferentes campos de atuação que adentrarem.

Em um período onde há uma onda de cursos de modalidade à distância, inclusive de Serviço Social, construir um curso público em uma universidade historicamente conservadora como a Rural, é algo de forte impacto para a sociedade e fonte de transformação para a região em que a UFRRJ está localizada. Em tempos de esquecimentos, silenciamentos e vazios, registrar e evidenciar a construção desse curso, bem como sua relevância, é também um ato político. Sua construção pode significar a/s possibilidade/s para rupturas na sociedade, como o assistencialismo e o coronelismo, bastante característicos dos arredores daquele território.

A profissão, em toda a sua trajetória, possui inúmeros momentos de mudanças, transformações e lutas travadas para o avanço de sua formação e exercício profissional – que são indissociáveis, com destaque ao Movimento de Reconceituação e tudo

o que este significa para o Serviço Social hoje. É de fundamental importância evidenciar a aproximação com a teoria social de Marx, que hoje sustenta a fundamentação teórica da profissão e deu base para as transformações ocorridas entre nos anos 70-90. Todas essas transformações foram fundamentais para observarmos, no hoje, a proposta de formação em Serviço Social que a UFRRJ coloca. Se compararmos com a formação das pioneiras de nossa profissão, podemos refletir sobre todos os processos que foram construídos e enfrentados pela categoria profissional nestes mais de 80 anos de história, para entender o que o Serviço Social representa para a sociedade atualmente.

A profissão, ao longo da década de 1990, firmou seus princípios e valores a partir do Código de Ética de 1993 e das Diretrizes Curriculares, em 1996. O Código de Ética citado, traz como princípios fundamentais para o Serviço Social, entre outros, “a liberdade como valor ético central”, a autonomia, a emancipação, a plena expansão dos indivíduos, a “defesa intransigente dos direitos humanos”, a justiça social, a construção de uma nova ordem societária, sem exploração de classe, etnia e gênero, a defesa da democracia, a eliminação de todas as formas de preconceito, o pluralismo e a diversidade e uma atuação sem discriminação. Portanto, é de suma importância que a formação em Serviço Social esteja em consonância com esses princípios defendidos pela profissão, para contribuir com o desenvolvimento do Serviço Social e a construção de uma nova ordem societária, sem qualquer tipo de exploração.

Os princípios que a profissão passou a defender após o Movimento de Reconceituação, trazem a percepção da transformação intelectual que o Serviço Social construiu ao longo dos anos, transformação que se reflete em seus ideais, valores, concepção teórica e direção social firmados e bem defendidos a partir dos anos 1990. Incrível perceber o significado das lutas coletivas travadas por constantes buscas para refletir a identidade de uma profissão e seu direcionamento/interesse para com a classe trabalhadora e o que isso implicou ao agir profissional. Lutas que não foram encerradas na década em questão, mas, ao contrário, modificam-se constantemente, requisitando ao Assistente Social estar em constante enfrentamento às ofensivas postas a sua frente, nas mais diferentes esferas que a profissão está inserida.

A UFRRJ traz a proposta de um currículo bastante diferenciado ao colocar como obrigatórias disciplinas de gênero, de raça/etnia, de educação e de meio ambiente. Mas, ao estudar as ementas das demais disciplinas, pôde-se compreender que essas temáticas ainda não estão sendo ofertadas com transversalidade como deveriam. É um currículo, portanto, que precisa, sim, ser aprimorado – como tudo o que está em construção – e isto necessariamente deve contar com a participação dos discentes, como por exemplo em um futuro projeto de revisão curricular que necessita ser construída.

É fato que o currículo construído traz consigo avanços para a formação profissional, mas ainda há um longo caminho a ser traçado para superar os desafios que a ele se apresentam dentro da UFRRJ.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, ele não contou com a participação de discentes (de outras universidades) em sua construção – contou com a participação de entidades representativas como CRESS e ABEPSS e considero que a participação da ENESSO poderia ter contribuído, em muito, neste processo.

Para o futuro, entende-se que há a necessidade de estudar as experiências vividas pelos alunos que passaram por essa escola e reconhecer em cada sujeito seu ponto de vista sobre a sua própria trajetória dentro do curso de Serviço Social da UFRRJ. Há a necessidade, pois, há a curiosidade em conhecer cada história e a percepção individual de como foi fazer parte de um curso ainda em construção, e evidenciar que apesar das dificuldades e limites encontrados neste percurso, ainda assim conseguiram ocupar espaços em pós-graduações e diferentes áreas de atuação profissional do Serviço Social. É importante escrever sobre nossa história, para conhecermos e registrarmos nossas memórias. O processo metodológico utilizado foi o de análise de documentos e instiga a querer resgatar a memória de sujeitos que fizeram e fazem o curso de Serviço Social da UFRRJ.

Além disso, também é importante, neste processo, buscar respostas sobre como os discentes compreendem a profissão, desde aqueles ainda nos períodos primeiros como entre aqueles que estão em fase de conclusão. Ainda que pareça algo simples, talvez seja o mais complexo, pois entender o significado social que essa profissão possui na sociedade é a compreensão de seu exercício profissional.

Este trabalho não possui a pretensão de construir propostas para uma revisão curricular, pois isso demandaria o tempo e as condições de uma dissertação de mestrado, que pode em breve ser construída. Mas sim de colocar pontos que chamam à atenção a partir da experiência durante a graduação e que merecem ser observados e modificados para dar continuidade a construção de uma formação de qualidade em Serviço Social na UFRRJ.

Por enquanto, e somente, fica o registro da construção e do sentimento e pensamento da importância que um curso público de Serviço Social, de qualidade como é o da UFRRJ, tem para a região da Baixada Fluminense, mesmo com limites e obstáculos encontrados por ser, ainda, um curso bastante novo. Sem sombra de dúvidas, na proposta da profissão de emancipação humana e transformação social, ele se comporta condizente ao Projeto Ético Político da profissão em lutar por uma educação de qualidade e oferta-la em tempos de intensos ataques à educação pública em nosso país.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social:** com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

_____. **Política nacional de estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2010.

Congresso da virada e o serviço social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. / Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.). – São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo.** – São Paulo: Cortez, 2019.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa.** – 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BACKX, Sheila. Serviço Social no Brasil: alguns apontamentos sobre historiografia e formação profissional. *Intervenção social.* - ISSN 0874-1611. - N. 47-48 (1.º e 2.º semestre de 2016). - p. 91-137.

BARROS, Simone da Cunha Tourino. **A Formação Profissional das Primeiras Assistentes Sociais no Antigo Estado do Rio de Janeiro: Unidade e Diversidade.** Dissertação de Mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro. 1999.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** São Paulo: Cortez, 2016.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica.** – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1)

BRAZ, Marcelo. **Notas sobre o projeto ético-político do serviço social.** In: CRESS 7a Região. (Org.). *Assistente social: ética e direitos.* 5. ed. Rio de Janeiro: Daugraf, 2008, (Coletânea de leis e resoluções, v. 1).

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e.; TOLEDO, Sabrina Navarro. **A Reforma Curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.** v. 11 n. 2 (2011): (ago. dez. 2011): Revista Libertas

CFESS. **CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL COMENTADO.** 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREITAS, Rita et al. História do Serviço Social – resgatando uma história de mulheres. **Em pauta.** Rio de Janeiro, nº 42, v. 16, pp. 228-246. 2º semestre 2018. Disponível em:

GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luiza e ORTIZ, Fátima Grave (org). **Temas contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos.** Campinas: Papel Social, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. - 41. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 120, p. 609-639, out/dez. 2014.

_____. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em serviço social: exigências atuais**. In **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS, 2009.

MARQUEZ, Valéria; SATRIANO, Cecília. **Narrativa autobiográfica do próprio pesquisador como fonte e ferramenta de pesquisa**. Linhas Críticas. Brasília, DF, v. 23, n. 51, p. 369-386, jun. 2017 a set. 2017.

MONTAÑO, Carlos. **A NATUREZA DO SERVIÇO SOCIAL: um ensaio sobre a gênese, a “especificidade e sua reprodução**. São Paulo, Cortez: 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. – 17. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, E.; COPELLO, V. **Os rebatimentos da política coronelista na atuação dos assistentes sociais na Baixada Fluminense**. 7º Encontro Internacional de Política Social, 14º Encontro Nacional de Política Social. Vitória, ES. 2019.

ORTIZ, Fátima Grave. **O serviço social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SILVA, Talysson Pereira da. **A questão étnico-racial na formação profissional dos Assistentes Sociais Possibilidades para um currículo antirracista no curso de Serviço Social da UFRRJ**. TCC. Graduação em Serviço Social, UFRRJ. Seropédica, 2022.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009. p. 1 - 19.

UFRRJ. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Seropédica, 2015. Disponível em: <<https://cursos.ufrrj.br/grad/servicosocial/ppc/>>.

YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social na história: América Latina, África e Europa**. (orgs.). – São Paulo: Cortez, 2019.